

Ministro Alexandre Moraes adverte: “Utilizar atos para atacar instituições é passível de prisão”

Rosinei Coutinho



Supremo Tribunal Federal deixou claro o destino reservado aos golpistas

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes mandou um recado direto às milícias de Bolsonaro, que fazem ameaças e anunciam golpe: “protestar é próprio da democracia, tudo certo. O que não está certo, é passível de prisão, é usar esse

direito para pedir o fim da democracia e atacar instituições inclusive com ameaças de violência”. Um desses é o foragido da Justiça Antônio Pereira Gomes, o suposto “caminhoneiro” conhecido como Zé Trovão, que já passou a falar fino com o STF, após ocorrerem as primeiras prisões. **Página 3**



Anderson Riedel - PR



Brasil tem que fazer definhar “o lobo mau”, defende general Rêgo Barros

O general Otávio do Rêgo Barros, ex-porta-voz da Presidência da República, publicou um artigo, na sexta-feira (3), no Correio Braziliense, com críticas sutis aos destemperos e à ânsia golpista de Bolsonaro. Ele usa uma fábula para comparar Bolsonaro a um lobo mau, que dissemina a discórdia e precisa, urgentemente, parar de ser alimentado. O general recorre ao livro de Luciano Huck, “De porta em porta”, para descrever como o país pode superar essa situação crítica, criada pelo Planalto. **Pág. 3**

Febraban reafirma manifesto contra golpismo de Bolsonaro

Reprodução Mídias Sociais



A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) divulgou nota na quinta-feira (2) reafirmando o conteúdo do manifesto que teve o apoio de mais de 300 líderes empresariais dos setores financeiro, industrial e agrícola contra as ameaças de Bolsonaro à democracia. A Febraban informou que a Fiesp não consultou as demais entidades que assinaram o manifesto que pede harmonia entre os poderes antes de suspender sua divulgação. **Pág. 3**

CNBB reprova “quem agride a democracia”

“Independente de suas convicções político-partidárias, não aceite agressões às instituições que sustentam a democracia. Agredir, eliminar, hostilizar ou excluir são ideias que não combinam com a democracia”, disse o arcebispo dom Walmor Oliveira de Azevedo, presidente da CNBB, em mensagem para o 7 de Setembro. **Página 3**

Sauer alerta para tragédia elétrica

“A atual crise energética é resultado do desmonte do sistema elétrico brasileiro e da falta de planejamento que se seguiram nas últimas duas décadas e meia e que se mantém até hoje”, observou o professor Ildo Sauer, pesquisador do IEE da USP e ex-diretor da Petrobrás. **P. 8**

Governo derrete e desaprovação já está em 63%

De acordo com pesquisa PoderData realizada entre a última segunda (30) e quarta-feira (1º), a aprovação do governo de Bolsonaro caiu 4 pontos percentuais e chegou a 27%, patamar mais baixo até então registrado pela empresa. **Página 2**

Bolsonaro aumenta gasolina pela 5ª semana e culpa governadores

Combustível chegou a ser vendido por R\$ 7,199 o litro no Rio Grande do Sul, mas a média mais cara do país está na Região Centro Oeste, onde o litro, em média, na bomba, já está

custando R\$ 6,213. O preço médio da gasolina subiu nos postos pela quinta semana consecutiva. A alta foi de cerca de 0,41% em relação à semana anterior. Além da gasolina, o diesel e o etanol

também subiram de preço. A escalada de preços tem sido consequência da política do Planalto de manter o preço dos combustíveis dolarizado. Apesar disso, Bolsonaro, em live, anunciou que vai ao

STF contra os governadores por supostos aumentos do ICMS. Mentira. Não há aumento nenhum das alíquotas do ICMS. Só esse ano a gasolina teve um aumento de 50% nas refinarias. **Página 4**

1
REAL
BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Governo Bolsonaro derrete e desaprovação já é de 63%, mostra PoderData

De acordo com pesquisa PoderData realizada entre a última segunda (30) e quarta-feira (1º), a aprovação do governo do presidente Jair Bolsonaro caiu 4 pontos percentuais e chegou a 27%. Trata-se, segundo a pesquisa, do patamar mais baixo até então registrado pela empresa de aferição.

Os que desaprovam a gestão federal são 63%. Trata-se, pois, da segunda pior marca do governo. Perde só para o levantamento realizado há 15 dias (64%). A variação está dentro da margem de erro.

Trocando em miúdos: se a eleição fosse hoje, 6,3 de cada 10 eleitores, certamente, não votariam em Bolsonaro.

Pelos dados da pesquisa, foram 2.500 entrevistas em 472 municípios nas 27 unidades da Federação. A margem de erro é de 2 pontos percentuais, para mais ou para menos.

DIFERENÇA ENTRE APROVAÇÃO E DESAPROVAÇÃO

A pesquisa também registrou diferença entre aprovação e desaprovação que foi recorde e marcou 36 pontos percentuais. Era de 33 pontos há 15 dias.

Em agosto de 2020, Bolsonaro chegou a ter aprovação 12 pontos superior à desaprovação. O cenário, favorável ao Planalto, manteve-se até meados de novembro, em razão dos efeitos do auxílio emergencial.

TRABALHO PESSOAL DE BOLSONARO

Em relação ao trabalho pessoal de Bolsonaro, o quadro ficou estável em relação ao de 15 dias atrás, com variações na margem de erro. Os que acham o presidente "ruim" ou "péssimo" são 55%, ante 56% na rodada anterior.

Os que o classificam como "ótimo" ou "bom" são 25%, contra 28% no último levantamento.

A pesquisa revela que o presidente, cada vez mais, reduz-se à bolha original que lhe sustenta, independentemente do desastre de gestão que dragou o Brasil para profunda crise política, que o conduziu e o mantém em outros crises derivadas da política.

Há, também, segundo mostra a pesquisa, 14% que dizem que Bolsonaro é "regular" — variação positiva de 1 ponto percentual. Outros 6% não souberam responder.

DESCOMPASSO

A disparidade entre as avaliações positiva e negativa ficou em 30 pontos percentuais, igualando o pior resultado já registrado para Bolsonaro, na rodada de 19 a 21 de julho.

Como na avaliação do governo, o presidente também registrou quadro mais confortável de agosto a novembro de 2020 — época em que o auxílio emergencial era pago a milhões de brasileiros. No fim de agosto, a vantagem de Bolsonaro foi de 8 pontos percentuais.

M. V.



Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J. 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hrj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovo@yaho.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Economista André Lara Resende analisa deterioração da economia

Disparada da inflação é resultado do projeto antidemocrático do governo



Lara Resende: "Nesse cenário, a elevação das taxas de juros não segura os preços, mas inibe investimentos, aumenta o custo da dívida pública e leva a mais cortes no orçamento para equilibrar as contas públicas. O mundo inteiro parou de fazer isso"

PIB fica no vermelho no segundo trimestre: investimentos caem 3,6% e o consumo das famílias é zero

O Produto Interno Bruto (PIB) caiu 0,1% no segundo trimestre em relação ao trimestre anterior. Uma ducha de água fria no discurso do governo Bolsonaro, quando divulgou o resultado do primeiro trimestre (1,2%), com Guedes à frente, dizendo que o Brasil estaria entrando em um momento "robusto" da economia.

O PIB continua no patamar do fim de 2019 ao início de 2020, período pré-pandemia, e ainda está 3,2% abaixo do ponto mais alto da atividade econômica na série histórica, alcançado no primeiro trimestre de 2014.

O principal impacto negativo veio da Agricultura, que registrou uma queda de -2,8%, a Indústria também teve uma variação negativa de -0,2%. Os Serviços tiveram uma variação positiva de +0,7%.

Os números ficaram muito abaixo das expectativas do governo, mas também do mercado financeiro. A previsão em pesquisa da Reuters era de um crescimento de 0,2%.

A Indústria de Transformação respondeu pelo maior encolhimento da indústria em geral, com um recuo de -2,2%, além do recuo de -0,9% na atividade de Eletricidade e gás,

água, esgoto, atividades de gestão de resíduos.

Com 5,3% de aumento na produção as indústrias extrativas, no embalo das exportações de minérios com preços em alta no mercado internacional, deram um fôlego para o setor junto com os +2,7% na construção, sem contudo reverter o resultado geral negativo.

O ministro Guedes reiterou que o Brasil ainda vai crescer 5,3% ou 5,4% neste ano. É muito pouco factível a economia crescer 3,86% nos próximos dois trimestres. Os investimentos (Formação Bruta de Capital Fixo), neste trimestre, ficaram na lona: -3,6% e o Consumo das Famílias teve ZERO de crescimento.

A realidade se impõe. Com a informalidade respondendo por quase 40% da mão de obra com alguma ocupação, com 35% dos trabalhadores recebendo até um salário mínimo, mais os desalinhados, miseráveis e outros, não há como a economia se sustentar.

"Foi este o resultado do atraso da vacinação e da piora da pandemia, em um ambiente de alto desemprego, aceleração inflacionária e persistente desarranjo das cadeias produtivas, que continua

impondo gargalos na obtenção de insumos. Os ruídos na esfera política, ao introjetar incertezas na economia, também cobraram seu preço", manifestou em nota o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) sobre o resultado do PIB.

Não adianta o segmento de alto padrão da construção civil estar bombando em São Paulo, quando o Programa Casa Verde Amarela, que poderia girar toda economia está travada, entregando muito pouco além das unidades remanescentes do Minha Casa Minha Vida.

Portanto, não convence o discurso de que o PIB, apesar de encolher 0,1%, cresceu 12,4% frente ao 2º trimestre de 2020, a maior taxa trimestral de toda a série histórica do PIB, iniciada em 1996. "Estamos comparando este resultado [interanual] com o pior trimestre da pandemia", destacou a coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, Rebeca Palis. No segundo trimestre de 2020 a economia foi no fundo do poço com queda de 0,9%.

Veja matéria completa no site: <https://horadopovo.com.br/sabotagem-de-bolsonaro-a-vacina-inflacao-e-desemprego-jogam-pib-no-vermelho/>

Estados e municípios perdem R\$ 19,3 bilhões com reforma do Imposto de Renda de Guedes

Secretários estaduais de Fazenda e do DF (Comsefaz) se mobilizam para reverter no Senado as perdas para população aprovadas na Câmara

Os secretários da Fazenda de Estados e municípios se articulam para mudar, no Senado, o texto da Reforma do Imposto de Renda, aprovado na quarta-feira (1), na Câmara dos Deputados, que impõe perdas de R\$ 19,3 bilhões aos Estados e municípios, conforme os cálculos do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz).

Com as mudanças, as perdas no Imposto de Renda incluídas na reforma vão resultar, conforme o Comitê, em R\$ 9,3 bilhões para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e de R\$ 9,3 bilhões para Fundo de Participação dos Estados (FPE).

A Câmara dos Deputados rejeitou todas as emendas à reforma votadas na quinta-feira (2), aprovando o projeto final do deputado Celso Sabino (PSDB-PA). O único destaque aprovado reduziu de 20% para 15% a taxa sobre lucros e dividendos.

De acordo com o Comsefaz, a redução da alíquota do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) vai gerar perdas de R\$ 55 bilhões. Já no caso do corte da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a queda nas receitas seria de R\$ 9,8 bilhões. A tributação de dividendos geraria R\$ 31,5 bilhões aos cofres públicos.

Ao todo, as mudanças relativas à renda do capital teriam um efeito líquido negativo de R\$ 18,8 bilhões na arrecadação. Já as alterações relacionadas à renda do trabalho gerariam perda de R\$ 22,5 bilhões.

Os secretários de Fazenda foram a favor da alteração nas faixas de isenção para rendas de até R\$ 2,5 mil, isentando aproximadamente 5,6 milhões de contribuintes de baixa renda, segundo o governo. Hoje, a faixa de isenção vai até R\$ 1.903,98. Os isentos passariam dos atuais 10,7 milhões para 16,3 milhões.

As mudanças no Imposto

de Renda, eixo central dessa etapa da reforma tributária do sr. Guedes, não torna o sistema mais eficiente nem mais equilibrado, pelo contrário, cede onde não podia mais ceder, fazendo cortesia com chapéu alheio.

Exatamente os Estados e, principalmente, os municípios, o entes federados, que têm feito ainda chegar alguma parte do bolo na ponta, para quem mais precisa, são os que vão pagar a conta, mesmo por que a União, capturada pela dívida pública, tem se tornado um ente para gerir o ganho das grandes finanças. Os Estados e municípios mais dependentes dos fundos de participação sofrerão mais com as perdas que ocorreram, e podem comprometer a prestação de serviços básicos à população.

Leia matéria completa no site: <https://horadopovo.com.br/estados-e-municipios-perderao-r-193-bilhoes-com-reforma-do-ir-de-guedes/>

"O governo tem um projeto explicitamente antidemocrático e está disposto a sacrificar a economia e as instituições para colocá-lo em prática", afirma o ex-presidente do BNDES

"A deterioração da conjuntura econômica, no Brasil de hoje, é resultado da crise política, da sensação de que o governo tem um projeto explicitamente antidemocrático e está disposto a sacrificar a economia e as instituições para colocá-lo em prática", afirmou o economista André Lara Resende, ex-presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), em entrevista, nesta segunda-feira (6), à Folha de S. Paulo.

Segundo Lara Resende, "a alta recente da inflação não tem nada a ver com descontrolar fiscal". "Os preços das commodities subiram, os alimentos, o petróleo. O Banco Central deixou o real se desvalorizar mais do que outras moedas em relação ao dólar. E a pandemia desorganizou várias cadeias produtivas, provocando escassez de mercadorias", ressaltou.

Nesse cenário, o economista afirma que "a elevação das taxas de juros não segura os preços, mas inibe investimentos, aumenta o custo da dívida pública e leva a mais cortes no orçamento para equilibrar as contas públicas. O mundo inteiro parou de fazer isso. Não entendo por que contestar a ortodoxia na condução da política econômica ainda é visto como algo tão perigoso no Brasil".

De acordo com Lara Resende, "a alta esperada da taxa básica pode tanto ser resultado de uma economia excessivamente aquecida, o que exige a atuação moderadora do BC, como pode refletir uma desconfiança mais profunda na economia e na política".

Para Lara Resende, "não faz sentido restringir o investimento público de qualidade, em nome do equilíbrio fiscal a qualquer preço e em todas as circunstâncias". "Acrescido, sim, que investimentos públicos de qualidade, que contribuam efetivamente para o aumento da produtividade e do crescimento, não devem ficar condicionados à existência de recursos fiscais".

O economista contesta as afirmações de que há um limite para dívida pública brasileira. "[Os economistas americanos] Carmen Reinhart e Kenneth Rogoff, em 'Desta Vez é Diferente', sustentaram que as economias se desorganizam quando a dívida supera 90% do PIB. Foram desmentidos pela flagrante evidência desde a crise financeira de 2008, agora reforçada pelo pós-Covid".

"O Brasil tem uma dívida pública interna, denominada em moeda nacional e carregada primordialmente por brasileiros. Não existe um limite superior intransponível para a relação dívida/PIB. Tudo depende de como são investidos os recursos", afirma.

"Uma dívida expressiva, mesmo superior ao PIB, pode ser perfeitamente sustentável se os recursos forem bem aplicados e os investimentos levarem a uma taxa de crescimento superior ao custo da dívida", defende.

"Os gastos correntes do Estado, sobretudo os que custeiam a sua operação, devem ser integralmente cobertos por receitas fiscais. É uma forma

Produção industrial cai 1,3% em julho

A produção industrial brasileira caiu 1,3% em julho, na comparação com junho, voltando a ficar abaixo do patamar pré-pandemia. Os dados foram divulgados na quinta-feira (2) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O gerente da pesquisa, André Macedo, enfatiza a gravidade das perdas do mês: "considerando apenas os meses de julho, essa queda de 1,3% foi a mais intensa desde julho de 2015". Ele também aponta que o resultado deixa o setor também em patamar mais baixo do que julho do ano passado — quando ainda não havia vacina e o país ainda tentava entender como enfrentar a pandemia.

Assim, a indústria atualmente está, em termos de volu-

de fazer a sociedade exigir que o Estado seja enxuto e eficiente em sua operação. Mas as transferências e os investimentos devem estar fora do orçamento fiscal", diz. "Devem estar condicionados ao aumento do bem estar, da produtividade e do retorno do investimento, não à disponibilidade de receitas tributárias. Como todo gasto público, precisam ser avaliados e justificados, mas não segundo a lógica do equilíbrio das contas públicas".

Para o economista, "a verdadeira responsabilidade fiscal não é procurar equilibrar as contas públicas a qualquer custo, mas sim definir projetos de longo prazo, para realizar investimentos de alto retorno. Investimentos que precisam ser implementados de acordo com os limites da capacidade de oferta interna da economia, sem provocar desequilíbrio no balanço de pagamentos, desvalorizações cambiais e pressões inflacionárias".

"Responsabilidade fiscal é ter metas e investir para adaptar a economia aos desafios deste século. É preciso investir em educação, pesquisa e tecnologia, para que o país não perca o bonde da nova revolução tecnológica. É preciso investir para adaptar a matriz energética, o transporte e as cidades para o desafio premente dos limites ecológicos do planeta. Esta é a verdadeira responsabilidade fiscal", completa.

Lara Resende condena as "manobras, percebidas como ilegítimas, para viabilizar gastos demagógicos e improdutivos".

"O Estado, sob boa governança, quando gasta para investir de forma produtiva, ou para amenizar os danos de uma emergência como a da pandemia, pode se dar ao luxo de desrespeitar os limites do orçamento, sempre discricionários. Quando o faz de forma irresponsável e improdutiva, o resultado é a perda de confiança e de legitimidade".

Para o economista, não necessariamente há maior incerteza sobre as condições financeiras para viabilizar programas de longo prazo no Brasil.

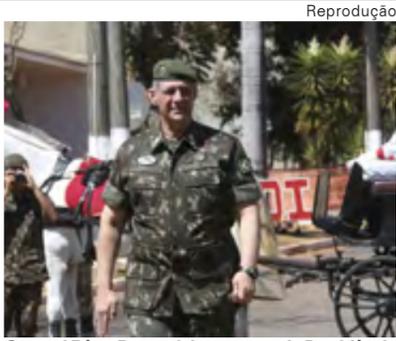
"Países que têm moedas reservas internacionais, como o dólar americano e o euro, têm mais espaço para usar o financiamento externo, mas todo país que tem sua moeda fiduciária pode investir, ainda que aumente transitoriamente sua dívida. Desde que não tenha déficits externos expressivos e que o retorno do investimento seja superior ao custo da dívida, não haverá problema para sua sustentabilidade".

"É fundamental rever e melhorar a governança pública, mas a visão de que o Estado é um mal, na melhor das hipóteses um peso morto a ser carregado pelo setor privado, agrava o problema. Afasta as pessoas bem intencionadas da vida pública e desvaloriza o funcionário público", diz Lara Resende.

"Sem gente boa, a governança se torna pior, num perigoso círculo vicioso. Não existe setor privado eficiente e dinâmico sem um Estado competente e boa governança pública", completa.

me de produção, 18,5% abaixo do pico histórico, alcançado em 2011, e em patamar equivalente ao que produzia em 2009, ou seja, 12 anos atrás.

Para o Iedi (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, "a segunda metade de 2021 começou como havia terminado o semestre anterior, isto é, com grande dificuldade para crescer", destacando que, dos sete meses de 2021, cinco são negativos, um mês de virtual estabilidade e apenas uma taxa positiva de crescimento na série com ajuste. "O PIB sinaliza igualmente para uma fase adversa, sendo que o PIB da indústria total variou -0,2% no 2º trim/21 e o PIB da indústria de transformação acumulou dois trimestres no vermelho", ressaltou o Iedi.



General Rêgo Barros foi porta-voz da Presidência O Brasil tem que fazer definir “o lobo mau”, defende general Otávio Rêgo Barros, ex-porta-voz

O general Otávio do Rêgo Barros, ex-porta-voz da Presidência da República, publicou um artigo, nesta sexta-feira (3), no Correio Braziliense, com críticas sutis aos destemperos e à ansia golpista de Bolsonaro.

Ele usa uma fábula para comparar Bolsonaro a um lobo mau, que dissemina a discórdia e precisa, urgentemente, parar de ser alimentado. O general recorre ao livro de Luciano Huck, “De porta em porta”, para descrever como o país pode superar essa situação crítica, criada pelo Planalto.

Nas primeiras páginas, o autor citado relata a fábula atribuída ao povo indígena cherokee. Um velho diz ao neto: “há uma batalha sendo travada dentro de mim, uma luta terrível entre dois lobos. Um é maligno — raivoso, ganancioso, ciumento, arrogante e covarde. O outro é bondoso — pacífico, amoroso, modesto, generoso, honesto e confiável. Esses dois lobos também estão lutando dentro de você e de todas as outras pessoas”. Depois de um momento, o garoto pergunta: “Qual dos dois lobos vai vencer?” O velho sorri e responde: “O lobo que você alimentar”.

Leia a íntegra do artigo do general:

Qual lobo você vai alimentar?

OTÁVIO SANTANA DO REGO BARROS (*) Fôssemos um país organizado (civilizado), com a economia a pleno vapor, desemprego a taxas insignificantes, gestão bem conduzida para enfrentamento de emergências sanitárias, respeitado por políticas de inclusão social, referência na proteção ao meio ambiente, esta semana estaríamos fazendo zoada ao nos reunirmos alegremente para enfeitarmos a fachada de nossas casas em mais uma comemoração da passagem do Dia da Independência.

Fôssemos um país em que as lideranças políticas mais dialogassem do que se digladiassem, que as lideranças econômicas mais produzissem do que se beneficiassem de subsídios, que as universidades mais pesquisassem e ensinassem do que atuassem nas pendengas políticas, estaríamos planejando diligentemente o que fazer para materializarmos os duzentos anos de nossa independência (efeméride a ser comemorada no próximo ano). Missão conduzida por nossos antepassados ao sonharem e realizarem a construção de um país cheio de perspectivas.

Fôssemos um país onde as instituições significassem referência de serenidade ao cidadão comum, onde as leis alcançassem todos que delas fizessem pouco-caso, onde enriquecer seria natural pelo trabalho do indivíduo, e não fruto de conchavos ou corrupção, onde ser professor seria desejo dos jovens mais habilidosos, estaríamos treinando para o tradicional desfile nos principais logradouros das cidades de nosso país com escolas, organizações civis e destacamentos militares relembrando a formação da nacionalidade, consolidação de nossas fronteiras e libertação de Portugal.

Fôssemos um país onde planejamentos estratégicos ultrapassassem ciclos de governo e servissem de linha mestra de Estado, onde bolsões de pobreza fizessem parte apenas da história, onde os cultos religiosos professados não sofressem perseguições por agruparem gente de mesma crença, estaríamos reunidos em torno da mesa da família para que, pacientes, avós contassem aos netos histórias de um passado erguido na superação, estimulando-os a cunhar expectativas para suas vidas ainda em formação.

Fôssemos um país onde as lideranças soubessem inspirar por exemplos positivos, nunca por falta de modos, onde “gosto de levar vantagem em tudo” fosse apenas um bordão de propaganda de cigarro antiga, onde eleições fossem encaradas como forma de reavaliarmos um projeto de governo para ratificar ou substituir, onde a cultura fosse tratada como patrimônio indissolúvel da construção da sociedade, estaríamos nos reunindo em grupos da coletividade, descolados de governo, para oferecer suporte financeiro e acolhimento emocional a regiões inóspitas, onde os habitantes sofressem endemicamente a desesperança do isolamento e o esquecimento do poder central.

Infelizmente, não somos essa Ilha da Utopia de Thomas Morus! A pergunta que insiste em se apresentar todos os dias aos cidadãos de bem, os muitos cidadãos de bem, que habitam as Terras Brasileiras: o que faremos para o contribuir com altruísmo com um futuro de bonanças para todos os filhos?

Doloroso é reconhecer o mal que a discórdia, que vem se impregnando em nossa sociedade, faz a todos nós. Acabo de ler o livro de Luciano Huck, De porta em porta, Editora Objetiva. Um belo exemplo de vida. Nas primeiras páginas, ele relata uma fábula atribuída ao povo indígena cherokee. Um velho diz ao neto: “Há uma batalha sendo travada dentro de mim, uma luta terrível entre dois lobos. Um é maligno — raivoso, ganancioso, ciumento, arrogante e covarde. O outro é bondoso — pacífico, amoroso, modesto, generoso, honesto e confiável. Esses dois lobos também estão lutando dentro de você e de todas as outras pessoas”.

Depois de um momento, o garoto pergunta: — Qual dos dois lobos vai vencer? O velho sorri.

— O lobo que você alimentar.

Nossas referências parecem apontar para os lobos deficientes de senso público e harmonia coletiva. Que instigam impensadamente o enfrentamento. Divergências que, neste momento, poderão deixar sequelas duradouras em peões arrematados em nome daquela alcateia, preocupada tão-somente com a manutenção do status quo de poder conseguido a golpe de sorte e momento de descrença.

Quero alimentar o lobo saudável. O lobo do bem!

Que o próximo 7 de setembro seja uma bela festa cívica, apenas isso.

Paz e bem!

(*) General de Divisão R1 e ex-porta-voz da Presidência da República

Moraes: “usar atos para atacar as instituições é passível de prisão”

Nelson Jr/SCO/STF



Ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, relator dos processos

Febraban reafirma manifesto contra golpismo de Bolsonaro

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) divulgou nota nesta quinta-feira (2) reafirmando o conteúdo do manifesto que teve o apoio de mais de 300 líderes empresariais dos setores financeiro, industrial e agrícola contra as ameaças de Bolsonaro à democracia. A Febraban informou que a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) não consultou as demais entidades que assinaram o manifesto que pede harmonia entre os poderes antes de suspender sua divulgação.

O motivo do adiamento da divulgação do manifesto foi a reação do próprio governo, que chantageou os empresários ameaçando retirar o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal dos associados da Febraban. O presidente da Caixa, Pedro Guimarães, sugeriu, inclusive, que os bancos deixassem a entidade se o manifesto fosse divulgado com a assinatura da federação. A entidade de bancos diz em nota que reafirma apoio ao manifesto e que respeita posição do BB e Caixa de “se posicionarem contrariamente à assinatura” do documento.

“A Febraban confirma seu apoio ao conteúdo do texto que aprovou, já de amplo conhecimento público, dentro de um contexto plurifederativo de en-

cumprindo assim o seu papel ao se juntar aos demais setores produtivos do Brasil num pedido de equilíbrio e serenidade, elementos basilares de uma democracia sólida e vigorosa”, diz a nota. A entidade avalia que, “no seu âmbito, o assunto está encerrado e com isso não ficará mais vinculada às decisões da FIESP, que, sem consultar as demais entidades, resolveu adiar sem data a publicação do manifesto”.

A reação da Febraban, além da nota divulgada pelo setor do agronegócio defendendo a democracia e, também da divulgação, hoje, quinta-feira (2) de um manifesto assinado por mais de 300 líderes empresariais de Minas Gerais, em oposição à direção da Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg) que havia manifestado apoio ao governo, mostra que é muito forte o repúdio da sociedade e dos empresários aos intentos golpistas de Jair Bolsonaro.

Leia a íntegra da nota da Febraban

A Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) reafirma o apoio emprestado ao manifesto “A Praça é dos Três Poderes”, cuja adesão se deu, desde o início, dentro de um contexto plurifederativo de en-

tidades representativas do setor produtivo e cuja única finalidade é defender a harmonia do ambiente institucional no país.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) assumiu a coordenação do processo de coleta de assinaturas e se responsabilizou pela publicação, conforme e-mail dirigido a mais de 200 entidades no último dia 27 de agosto.

A FEBRABAN considera que o conteúdo do manifesto, aprovado por sua governança própria, foi amplamente divulgado pela mídia do país, cumprindo sua finalidade. A Federação manifesta respeito pela opção do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, que se posicionaram contrariamente à assinatura do manifesto.

Diante disso, a FEBRABAN avalia que, no seu âmbito, o assunto está encerrado e com isso não ficará mais vinculada às decisões da FIESP, que, sem consultar as demais entidades, resolveu adiar sem data a publicação do manifesto.

A FEBRABAN confirma seu apoio ao conteúdo do texto que aprovou, já de amplo conhecimento público, cumprindo assim o seu papel ao se juntar aos demais setores produtivos do Brasil num pedido de equilíbrio

Bolsonaro publica MP para impedir que suas mentiras sejam retiradas das redes

Um dia antes das manifestações bolsonaristas do dia 7 de Setembro, convocadas para atacar o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Congresso Nacional, Jair Bolsonaro editou uma Medida Provisória para tentar impedir que as redes sociais removam conteúdos criminosos e antidemocráticos.

Nas redes sociais da Secretaria de Comunicação da Presidência (Secom), o governo está dizendo que a MP defende a “liberdade de expressão” por impedir “a remoção arbitrária e imotivada de contas, perfis e conteúdos por provedores”.

Com a Medida Provisória, que deverá ser publicada no Diário Oficial ainda na segunda-feira (6), será exigida “justa causa e motivação em caso de cancelamento, suspensão e exclusão de conteúdos e funcionalidades das contas das redes sociais”.

“Ficarão assim disciplinados de modo mais concreto os direitos dos usuários à liberdade de expressão e à ampla defesa e ao contraditório no ambiente das redes

sociais”, continuou a Secom.

A liberdade defendida pelo governo Bolsonaro é a de poder atacar e mentir contra seus adversários e as instituições democráticas com fake news e ameaças, especialmente no dia em que seus apoiadores estarão nas ruas de Brasília e São Paulo defendendo o fechamento do STF.

Os perfis pessoais de Jair Bolsonaro no Facebook, Instagram, Twitter e Youtube já tiveram publicações excluídas por violarem as regras das plataformas.

As redes sociais consideram que as publicações feitas por ele

poderiam causar danos às pessoas por propagar desinformação sobre a pandemia de Covid-19.

Outros blogueiros e militantes bolsonaristas também tiveram publicações removidas pelas plataformas.

O financiamento, a produção e a divulgação de fake news e ataques à democracia estão sendo investigados pelo STF, sob a relatoria de Alexandre de Moraes.

O ministro já determinou a prisão de blogueiros bolsonaristas que têm usado as redes sociais para agredir a Corte e convocar seus seguidores para a manifestação do dia 7 de Setembro.

Reprodução



Para os especialistas, a MP é inconstitucional

Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, mandou recado aos alopados de Bolsonaro na Corte.

“Protestar é próprio da democracia, tudo certo. O que não está certo, e é passível de prisão, é usar esse direito para pedir o fim da democracia e atacar instituições inclusive com ameaças de violência”, afirma o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, referindo-se às milícias de Bolsonaro, que fazem ameaças e anunciam golpe contra a democracia no dia 7 de setembro.

Um desses é o foragido da Justiça Antônio Pereira Gomes, o suposto “caminhoneiro” conhecido como Zé Trovão, que ofendeu o ministro no sábado (4), dizendo que não vai se entregar.

O ministro Alexandre de Moraes foi quem decretou sua prisão.

Em uma postagem no sábado, o apoiador de Bolsonaro desatou o ministro do STF: “vou te fazer um convite, Alexandre de Moraes, que tal você mesmo vir à Paulista no dia 7 de setembro e me prender? Eu estarei lá, à sua disposição. E caso queira, poderá fazer o uso da sua palavra”, esbravejou.

Zé Trovão é acusado de promover a incitar atos violentos contra o Congresso Nacional e o STF, por meio das redes sociais. Ele também é alvo de inquérito que apura a organização dos atos antidemocráticos marcados para o 7 de setembro.

A prisão do caminhoneiro foi solicitada pela Procuradoria-Geral da República (PGR), e determinada por Alexandre de Moraes.

Segundo a Polícia Federal, o objetivo da prisão é aprofundar investigações em curso nos autos de inquérito que tramita

CNBB na Semana da Pátria reprova “quem agride a democracia e os Poderes Legislativo e Judiciário”

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgou sua mensagem para o Dia da Pátria, 7 de Setembro, pedindo aos brasileiros que “não se deixe convencer por quem agride os Poderes Legislativo e Judiciário”.

“A existência de três poderes impede totalitarismos, fortalecendo a liberdade de cada pessoa”.

“Independentemente de suas convicções político-partidárias, não aceite agressões às instituições que sustentam a democracia. Agredir, eliminar, hostilizar ou excluir são ideias que não combinam com a democracia”, disse o arcebispo dom Walmor Oliveira de Azevedo, presidente da CNBB.

“Neste 7 de setembro, quando muitas manifestações prometem ocupar as ruas de cidades brasileiras, faço o pedido: respeite a vida e a liberdade de seus semelhantes. Aquele com quem você não concorda é também amado, tem uma família que aguarda o seu retorno com segurança. E seu irmão, parte de uma grande família humana”, continuou.

“As desavenças não podem justificar a violência. A intolerância nos distancia da Justiça e da paz, afasta-nos de Deus. Somos todos irmãos”.

Jair Bolsonaro está convocando seus apoiadores para manifestações em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro para dar um “ultimato” em dois ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, relator dos inquéritos contra Bolsonaro, e Luís Roberto Barroso, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Para a CNBB, “o Brasil está sendo contaminado por um sentimento de raiva e de intolerância”.

“Muitos, em nome de ideologias, dedicam-se a agressões e ofensas, chegando ao absurdo de defender o armamento da população. Ora, quem se diz cristão ou cristã deve ser agente da paz, e a paz não se constrói com armas”.

A manifestação antagoniza com a de Jair Bolsonaro, que voltou a defender o armamento da população nas últimas sema-

na Corte. Zé Trovão já havia descumprido ordens cautelares determinadas por Moraes, como ignorar o bloqueio pela Justiça da chave Pix que ele vinha utilizando para arrecadar dinheiro para as manifestações antidemocráticas convocadas por Bolsonaro. Após o bloqueio, Zé Trovão anunciou uma nova chave Pix e continuou arrecadando dinheiro.

Ele também continuou divulgando lives com ameaças à democracia, apesar de ter tido suas contas bloqueadas pela Justiça nas redes sociais.

Nessas lives, o bolsonarista afirma coisas como, ministros do STF vão ‘sair de suas cadeiras’, ou que o “próximo passo é nova Constituição criminalizando o comunismo”.

CAMINHONEIROS NÃO CONHECEM ZÉ TROVÃO

“Essa pessoa fez vídeo dentro de um caminhão, mas a gente não sabe se ele é caminhoneiro ou proprietário. A gente não conhece”, disse Plínio Dias, presidente do Conselho Nacional do Transporte Rodoviário de Cargas (CNTRC), à coluna do Chico Alves do UOL.

“Ele olha que estou no ramo há 22 anos. Essa figura apareceu de parquedas”, completou.

“Ele só passou a ser conhecido depois que apareceu ao lado do Sérgio Reis, dizem que é celestista”, afirma Wallace Landim, o Chorão, presidente da Associação Brasileira de Condutores de Veículos Automotores.

“Quem está bancando alguns caminhoneiros é o agronegócio, não é gente da categoria que está apoiando esse movimento”, explica Plínio Dias.



D. Walmor, presidente da CNBB nas. Ele chegou a chamar de “idiota” quem diz que é preciso comprar feijão e não fuzil.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil também mostrou preocupação com o avanço da miséria no país. É preciso “cuidado com os que sofrem. A fome é realidade de quase 20 milhões de brasileiros. Não podemos ficar indiferentes a essa realidade que mistura o desemprego e a alta inflação, acentuando gravemente exclusões sociais”, apontou.

“São urgentes políticas públicas para a retomada da economia e a inclusão dos mais pobres no mercado de trabalho”.

Ainda na mensagem para o 7 de Setembro, a CNBB ressaltou a luta dos “indígenas, povos originários” pela demarcação de terras, que hoje passa pela discussão no STF sobre o Marco Temporal. “A nossa Pátria não começa com a colonização europeia. Nossas raízes estão nas matas e nas florestas”, afirma a entidade.

O bispo Walmor Oliveira pediu ainda orações “para que o Brasil encontre um caminho novo para superar as suas crises e, junto com o mundo, vença essa pandemia. Rezemos especialmente pelas vítimas da Covid-19, que ainda nos ameaça e que vamos superar com fundamental apoio da Ciência”.

“Por isso, é importante que cada pessoa procure se vacinar e respeitar as medidas de segurança, fundamentais para se evitar a propagação da doença. Vacinar-se é, ao mesmo tempo, cuidar de si e do outro, evitando a circulação da Covid-19. É um compromisso ético, uma tarefa cristã”, completou.

Reforço da CoronaVac reverte queda de anticorpos contra a variante Delta

Os participantes que receberam o reforço tiveram 2,5 vezes mais anticorpos contra a variante Delta quatro semanas após a aplicação da terceira dose

Estudo realizado pela bio-farmacêutica Sinovac e a Academia Chinesa de Ciências, apontam que uma dose de reforço da CoronaVac, que no Brasil é produzida e distribuída pelo Instituto Butantan, é capaz de reverter a queda nas atividades de anticorpos contra a variante Delta do coronavírus.

A informação é extremamente importante, pois a variante Delta, que se tornou a versão dominante do vírus no mundo, atualmente, e por seu forte poder de contágio, superior às outras, está impulsionando uma alta nas infecções mesmo nos países onde a vacinação está mais avançada.

Cerca de 66 pessoas participaram da pesquisa e, segundo os pesquisadores, não foi encontrada atividade de anticorpos neutralizantes contra a variante seis meses após a aplicação da segunda dose.

Além disso, os participantes que receberam o reforço tiveram 2,5 vezes mais anticorpos contra a Delta quatro semanas após a aplicação da terceira dose do que o registrado quatro semanas depois da segunda dose.

Os cientistas não incluíram a discussão sobre como exatamente os anticorpos neutralizantes afetam a eficácia da CoronaVac em infecções pela nova variante. Até o momento, cerca de 1,8 bilhão de doses do imunizante foram distribuídas ao redor do mundo.

A pesquisa foi publicada em versão pré-print, ou seja, ainda não foi revisada por outros membros da comunidade científica.

Numa relação próxima a evidenciada neste levantamento, outros estudos realizados na China mostram que a terceira dose da CoronaVac consegue elevar a produção de anticorpos em até 77%.

VARIANTE DELTA PREOCUPA
Especialistas consideram que a dose adicional de vacina contra a Covid-19 que diversos estados,

decidiram aplicar na população maior de 60 vai proteger esse público da ameaça representada pela variante delta do SARS-CoV-2.

Na última semana, os médicos infectologistas Marco Aurélio Sáfiadi e Sérgio Cimerman destacaram a efetividade da CoronaVac diante dos riscos da nova variante em circulação.

“Temos um desafio pela frente que é o crescimento dos casos associados à variante delta. Ela é mais transmissível e cria uma expectativa de preocupação”, afirmou Marco Aurélio, que é infectologista pediátrico e diretor do departamento de pediatria da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo.

“Entendo como correta a antecipação da proteção a grupos que já foram identificados como mais fragilizados ao risco de serem acometidos a despeito de terem sido vacinados, que são os indivíduos de maior idade e os que vivem com algum grau de imunossupressão ou têm doenças que deprimem sua imunidade.”

De acordo com o médico infectologista, não restringir o imunizante a ser utilizado na dose adicional é uma forma de antecipar a proteção de toda a população-alvo. Afinal, a experiência dos países por onde a delta já circula – como Israel e Reino Unido – mostra que as vacinas (independente do fabricante) oferecem proteção elevada contra formas graves de doença associadas a essa cepa, mas têm fragilidade na proteção contra formas leves da doença e para impedir o risco de infecção.

“Os dados mostram que todas as vacinas que estão sendo utilizadas, sem exceção, mostraram nos estudos que uma terceira dose oferece uma expectativa de benefício da resposta imune contra desfechos graves da doença, que nesse momento é o objetivo”, destacou Marco Aurélio.



Especialistas apontam efetividade da dose de reforço da CoronaVac



Daniel Dias empunhou a bandeira brasileira na cerimônia de encerramento

Brasil brilha nos Jogos de Tóquio e mostra sua potência nos esportes Paralímpicos

O Brasil terminou as Paralimpíadas de Tóquio na sétima colocação do quadro geral de medalhas e igualou a melhor posição do país em uma edição dos Jogos. Foram 22 ouros, 20 pratas e 30 bronzes. Em Londres-2012, a delegação brasileira também ficou em sétimo.

Com a 22ª medalha de ouro em Tóquio, o país ainda ultrapassou o recorde de douradas em uma edição dos Jogos. A antiga melhor marca era de 21 ouros, conquistados em 2012.

Na capital japonesa, o Brasil totalizou 72 medalhas e igualou a maior quantidade de pódios em uma Paralimpíada. Na Rio-2016, o país também levou 72 medalhas, mas com apenas 14 ouros.

A delegação brasileira ainda teve a chance de estabelecer um novo recorde com a 73ª medalha, mas bateu na trave duas vezes no último dia dos Jogos de Tóquio. Na maratona da classe T12, Edneusa Jesus Santos, bronze no Rio-2016, era terceira colocada até os 30km, mas caiu de rendimento nos quilômetros finais e terminou em quarto.

Mais tarde, Vitor Tavares foi o último brasileiro em ação em Tóquio e perdeu para o britânico Krysten Coombs na disputa pelo terceiro lugar da classe SH6

do parabadminton.

Mesmo sem levar mais nenhum ouro no último dia, o Brasil conseguiu assegurar a sétima posição no quadro de medalhas. Única candidata a pegar a posição, a Austrália também não conseguiu mais nenhum ouro, nem nas maratonas nem no tiro esportivo, e ficou atrás. Dessa forma, o Brasil repete Londres-2012, a melhor colocação histórica do País em Jogos Paralímpicos.

CERIMÔNIA DE ENCERRAMENTO

Ao som de “What a Wonderful World” (que mundo maravilhoso), a chama das Paralimpíadas foi apagada neste domingo. A canção eternizada na voz de Louis Armstrong refletiu o desejo de um mundo melhor e mais inclusivo para as pessoas com deficiência. Ao se despedir dos Jogos na cerimônia de encerramento, Tóquio celebrou a diversidade e deixou uma mensagem de esperança em uma festa de muitas cores e ritmos.

Depois de 12 dias de disputas nas arenas de Tóquio, os japoneses deram adeus aos Jogos em grande estilo. Sem a presença de público por causa da pandemia do coronavírus, os atletas paralímpicos se reuniram no estádio de Tóquio para um show de luzes e músicas. A canção “What a Wonderful World” foi arrebatadora no fim da festa, interpretada pelos japoneses Atsushi Oku-

no e Yuina Koshio, pessoas com deficiências.

Assim como no encerramento das Olimpíadas, houve uma cerimônia simbólica de passagem de bastão. A governadora de Tóquio, Yuriko Koike, entregou a bandeira do Comitê Paralímpico Internacional (IPC) para o brasileiro Andrew Parsons, presidente do IPC, que passou o pavilhão para Anne Hidalgo, prefeita de Paris. A contagem regressiva para os Jogos de 2024 começou: faltam 1.088 dias.

Maior medalhista paralímpico da história do Brasil, Daniel Dias fez seu último ato em Paralimpíadas. O nadador de 33 anos disse adeus aos Jogos somando três bronzes em Tóquio para a coleção agora de 27 medalhas. Ele teve a honra de ser o porta-bandeira brasileiro na festa de encerramento para se despedir.

Daniel Dias ainda voltou à cena para ser empossado como novo representante eleito do Conselho de Atletas do IPC. Além do brasileiro, foram eleitos a italiana Martina Caironi (atletismo), a cubana Omara Durand (atletismo), o japonês Takayuki Suzuki (natação), a holandesa Jitske Visser (basquete sobre cadeira de rodas) e a iraniana Zahri Nematí (tiro com arco).



No Rio Grande do Sul, litro do combustível é vendido a R\$ 7,199

Gasolina sobe pela quinta semana e já chega a R\$ 7 por litro em alguns lugares

O preço médio da gasolina subiu nos postos pela 5ª semana consecutiva e atingiu o valor de R\$ 6,007 por litro, segundo pesquisa da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), divulgada nessa sexta-feira (3).

A alta foi de cerca de 0,41% em relação à semana anterior. Além da gasolina, o diesel e o etanol também subiram de preço.

Nesta semana, o combustível chegou a ser encontrado vendido por R\$ 7,199 o litro em um posto no Rio Grande do Sul, mas a média mais cara do país está na Região Centro Oeste, que está em R\$ 6,213 por litro.

O óleo diesel, que registrou queda na semana passada, anulou a perda e ficou 0,41% mais caro nesta semana. Ele é vendido em média a R\$ 4,627 por litro.

O etanol também registra a 5ª semana consecutiva de aumento, com alta de 1%. O combustível está sendo vendido em média a R\$ 4,611 por litro.

ICMS
O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) entrou com ação no STF (Supremo Tribunal Federal), nesta sexta, para obrigar os governadores a impor um valor nominal fixo para o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que incide sobre o preço dos combustíveis.

Bolsonaro diz que os governadores são os culpados pelo alto preço da gasolina e do diesel. “Sem exceção”, diz ele.

O presidente tenta desvincular a responsabilidade do governo federal nos preços elevados dos combustíveis e atribuí-los também aos Estados.

Porém, os frequentes aumentos dos combustíveis não se devem à nenhuma variação da alíquota do ICMS, que é fixa e não é alterada há muito tempo. Quem

autoriza aumentos frequentes na gasolina, no óleo diesel e no gás de cozinha é o governo federal, através da Petrobrás. Só esse ano a gasolina teve um aumento de 50% nas refinarias e de 32% nas bombas. Nada a ver com os governadores.

Bolsonaro aumenta o preço do combustível na Petrobrás quase toda semana e o valor bruto que é arrecadado com o ICMS sobre os combustíveis, que é um percentual fixo sobre este preço, logicamente, sobe, mas não há aumento nenhum da alíquota do ICMS. Os aumentos dos preços dos combustíveis na refinaria são decididos exclusivamente pelo governo federal, o que ele está tentando esconder da opinião pública e só por isso que inicia mais essa briga no STF, que provavelmente perderá.

Como a conversa fiada de culpar o ICMS pelos aumentos lá atrás não tinha colado, Bolsonaro demagogicamente anunciou a redução por três meses do IPI dos combustíveis, além de trocar o presidente da Petrobrás. Não adiantou, o preço da gasolina continuou subindo.

Bolsonaro não mudou em nada a política de preços. Nem ele e nem o novo presidente tocaram na criminosa dolarização da gasolina, do diesel e do gás de cozinha. Ou seja, os preços continuaram subindo atrelados ao dólar e ao preço do barril de petróleo lá fora.

Bolsonaro busca estrangular os serviços públicos (hospitais e escolas públicas) dos estados e dos municípios, que dependem do ICMS, porque não teve coragem de contrariar os acionistas estrangeiros da Petrobrás que estão cada vez mais ricos com essa política. São eles que ganham muito com os preços dos derivados atrelados ao dólar e ao barril de petróleo no mercado internacional.

7 de Setembro: Engenheiros denunciam ameaças de Bolsonaro e reafirmam defesa da democracia

O movimento Engenharia pela Democracia lançou manifesto em apoio às manifestações do dia 7 de Setembro em defesa da democracia, contra os ataques do governo Bolsonaro e em defesa da soberania nacional. O movimento é suprapartidário da comunidade da Engenharia brasileira.

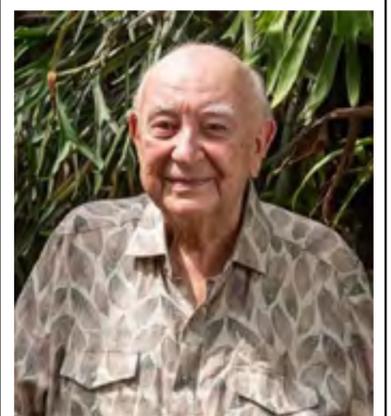
A nota denuncia o ataque do governo Bolsonaro à democracia que o governo ameaça diariamente prometendo ações contra as instituições e conquistas do povo. “O movimento Engenharia pela Democracia responde com as armas da liberdade, da solidariedade, da ciência e da união”, diz. “A insensibilidade e a desumanidade sem limites dos que pregam o ódio, a divisão, a guerra civil entre

brasileiros, com carcomidos discursos segregacionistas, supremacistas, desprezo pelos mais humildes e frágeis, como se fosse o sofrido povo brasileiro um estorvo aos abastados, vorazes e insaciáveis apetites dos que vivem da usura, da dilapidação da riqueza nacional, da superexploração dos que trabalham e produzem, tanta insensatez desperta e alerta nossa alma humana, alimenta nossa consciência que se transforma rapidamente em movimento e luta”.

Chegando a quase 600 mil mortos por conta da pandemia, com 15 milhões de desempregados e mais de 100 milhões de pessoas mais pobres e miseráveis, o governo Bolsonaro a cada dia que passa, ameaça o povo através do ódio e das

políticas impopulares, se beneficiando da corrupção, da barbárie, do negacionismo, faz com que seja fundamental a manifestação contra o bolsonarismo no dia 7. Diversos atores do movimento social, estudantil e sindical convocaram atos em todo o Brasil.

“Aos brasileiros e brasileiras, aos profissionais da engenharia herdeiros das lutas libertárias de 300 anos no Brasil, que não naturalizam e nem se omitem quanto à tragédia em curso, são necessárias lucidez e protagonismo para não ficarmos inertes e omissos diante do trágico destino. Temos a arte e o engenho para superar este triste momento e construir uma sociedade democrática e soberana”, continua a nota.



Despedida ao grande Sérgio Mamberti

Na madrugada desta sexta-feira, o ator Sérgio Mamberti nos deixou. Com sua saída de cena, aos 82 anos, em um hospital na capital paulista, o Brasil perde não só um grande ator, mas também um dos mais atuantes artistas em prol da cultura e do país.

“Sou gente da cultura”, afirmou em uma entrevista recente ao Centro de Mídia Alternativa Barão de Itararé. “Porque a cultura é alimentadora dessa utopia que temos de construirmos um Brasil mais justo”, disse.

Assim falava e assim atuava, não apenas nos palcos, nas telas de cinema, na TV, como produtor ou dramaturgo, mas na vida, como cidadão, onde emprestou sua fama, sua voz articulada e seu carisma à luta do povo brasileiro e ao fomento das políticas culturais em todos os momentos de sua longa carreira.

Paulista da cidade litorânea de Santos, Sérgio Mamberti começou sua vida artística no teatro, atuando ou dirigindo, com importantes nomes, como Ruth Escobar, Antônio Abujamra, Paulo José, Glaucete Rocha, Plínio Marcos e Paulo Autran, entre tantos outros.

No cinema, participou de mais de 30 filmes, entre eles, “O Homem do Pau Brasil”, de Joaquim Pedro de Andrade; “A Hora da Estrela”, de Suzana Amaral; “O Baiano Fantasma”, de Denoy de Oliveira, e “Toda Nudez Será Castigada”, de Arnaldo Jabor. Assim como no teatro, recebeu inúmeras premiações por suas atuações.

Sua estreia na TV aconteceu ainda na década de 60, onde teve intensa participação em novelas, séries e telecinês. Alguns de seus papéis mais marcantes na telinha foram o mordomo Eugênio, em “Vale Tudo”, de Gilberto Braga, na TV Globo, e o carrasco nazista Dionísio na novela “Flor do Caribe”, também na Globo. Mas o personagem mais querido que interpretou na televisão foi o Dr. Victor, no programa infanto-juvenil Castelo Rá-Tim-Bum, da TV Cultura.

Mamberti estará para sempre nas lembranças das gerações mais jovens pelo papel de Dr. Victor, na série Castelo Rá-Tim-Bum, da TV Cultura – Foto: Reprodução

A atuação de Sérgio Mamberti como articulador cultural começou ainda nas décadas de 60 e 70, quando abria as portas de seu apartamento em São Paulo para receber artistas vindos de fora que precisavam de abrigo, como o grupo musical Novos Baianos e o grupo teatral Asdrúbal Trouxe o Trombone, entre outros.

Na década de 1980, foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT), e ocupou diversos cargos no Ministério da Cultura e conselhos culturais nos governos do PT.

Mas sua participação na vida política do país não se deu apenas na área da administração pública e no fomento cultural. Era aberto, solidário e atuante em todas as questões que envolviam a luta contra os desmandos, a favor da educação e de melhores condições de vida para o povo.

Um acontecimento ocorrido em 2015 ilustra bem a disposição do artista em se colocar sempre ao lado do povo e das iniciativas em prol do país.

Morador do Bixiga, bairro tradicional da capital paulista, Sérgio Mamberti não se furtou em participar de um movimento organizado por uma das mais atuantes entidades estudantis do país, a União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES-SP), com sede no bairro, quando os estudantes do Ensino Médio ocuparam centenas de escolas de São Paulo contra a tentativa de fechamento de 200 unidades em todo o estado.

Na Escola Estadual Maria José, localizada na Rua 13 de Maio, no Bixiga, houve uma tentativa de desocupação forçada por policiais. Os estudantes resistiram à ação truculenta e contaram com o apoio dos moradores do bairro, que foram para a frente do colégio em solidariedade à reivindicação dos estudantes.

Dentre eles estava Sérgio Mamberti. O ator fez questão de ir para a porta da escola para manifestar solidariedade aos estudantes e chamou vizinhos e amigos para fazer uma vigília em frente ao colégio.

Este foi e sempre será o grande artista que ficará nos nossos corações. O mesmo que, na entrevista ao jornalista Altamiro Borges, do Barão de Itararé, citada no início desta matéria, também afirmou, referindo-se aos difíceis tempos atuais do desgoverno Bolsonaro: “Nunca fui de perder a esperança, sempre fui de resistência”.

Salve, salve, Mamberti!

ANA LUCIA

“Tentativa do governo de retirar direitos dos trabalhadores foi derrotada” afirmam Centrais

As Centrais Sindicais comemoram a vitória contra a Medida Provisória 1.045/2021 no Senado Federal, nesta quarta-feira (1º). A medida que inicialmente tinha o objetivo de reeditar o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego, que permite a redução de jornada e salários durante a pandemia para evitar demissões, teve incluída em seu texto alterações que retiravam direitos trabalhista, tanto que passou a ser considerado uma “minirreforma” trabalhista.

“Com seus jabutis que configuravam uma minirreforma trabalhista, propunha o aumento da desproteção social e previdenciária e a desvalorização dos sindicatos e da negociação coletiva, precarizando ainda mais as condições de trabalho”, dizem as centrais em nota.

O movimento sindical teve um papel importante no enfrentamento da medida, não poupando “esforços em buscar um diálogo com o Senado e expor rapidamente os prejuízos sociais e econômicos contemplados na medida. Resulta do compromisso do Senado Federal, como Casa Revisora, com a sociedade, evitando uma nova onda de retirada de direitos dos trabalhadores”.

As centrais denunciaram a medida nos últimos meses, apontando que o plano do governo era resgatar elementos de matérias já vencidas no legislativo, como é o caso da chamada “carteira verde e amarela” que, com suposto objetivo de aumentar a geração de empregos, retirava direitos e aumentava a vulnerabilidade social a que os trabalhadores estão expostos nesse momento de crise.

“Em abril de 2020 a equipe de Paulo Guedes já havia tentado emplacar a famigerada ‘carteira verde e amarela’ que, assim como a MP 1045, promovia a redução de direitos trabalhistas. Naquela ocasião o governo também sofreu uma grande derrota no Senado, impulsionada pela resistência dos trabalhadores”, denuncia a nota das centrais.

“Defendemos sim a manutenção e o incremento de medidas emergenciais para trabalhadores, empregadores e para a população mais vulnerável durante a vigência da pandemia do coronavírus. Acusamos, entretanto, o governo federal de aproveitar-se das necessidades de uma crise que tem levado milhares de brasileiros à morte precoce, para tentar aprovar, sem o devido debate social, dispositivos impopulares, que prejudicariam ainda mais o povo que já sofre com o desemprego, a carestia e o vírus”, continua.

As centrais enfatizam que “qualquer mudança na lei que interfira na vida dos cidadãos e na economia do país deve ser devidamente analisada e debatida no Congresso Nacional, com ampla participação da sociedade, dos trabalhadores, dos empregadores e do governo”.

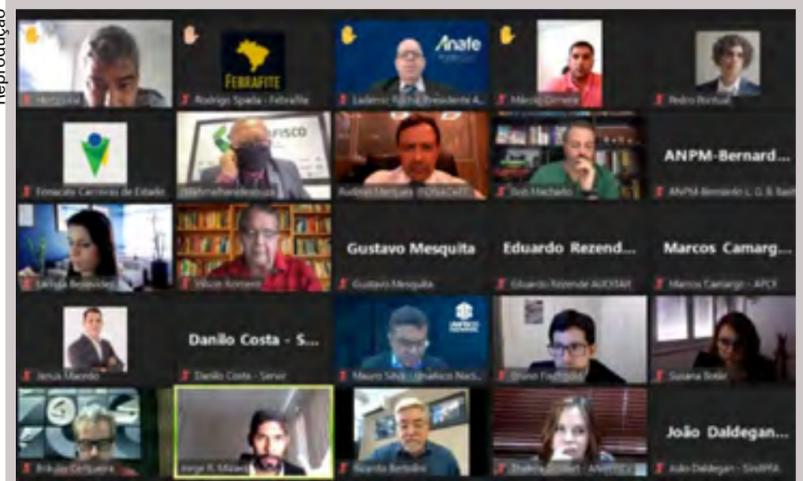
“Propomos, desde já, que se abra um debate sobre políticas de geração, proteção e recuperação de empregos e de renda, de economia solidária e popular, de concessão de crédito e valorização de micro e pequenas empresas. Um debate sobre o fortalecimento de políticas públicas com vistas a um desenvolvimento justo e humanitário para o Brasil”, diz o documento.

“Estamos alertas e preparados para enfrentar qualquer nova ofensiva antissocial tramada pelo ministro da economia em conluio com o presidente da República”, concluem as centrais.

Senado derrota MP de Bolsonaro que ataca os direitos trabalhistas



Votação da MP 1045 no Senado Federal ocorreu no dia 1º de setembro



“Contratações temporárias irrestritas são ameaça ao serviço público”, avalia Fonacate sobre PEC 32

Nesta quarta-feira (1º), as entidades que compõem o Fórum das Carreiras de Estado (Fonacate) realizaram uma reunião para debater o relatório do deputado federal Arthur Maia (DEM/BA), apresentado na Comissão Especial da PEC 32/2020.

O Fórum aponta que o relatório corrigiu pontos do texto original enviado pelo governo Bolsonaro, mas que a proposta ainda traz grandes riscos ao serviço público brasileiro, como a possibilidade de contratações temporárias irrestritas.

“Houve algum aperfeiçoamento no texto, até porque a proposta original era sofrível. Mas como celebrar a manutenção da estabilidade para todo o funcionalismo, se há indicação clara que a grande maioria dos futuros servidores – e em áreas tão essenciais como saúde e educação – serão contratados por prazo determinado e mediante processos seletivos simplificados?”, questionou Rudinei Marques, presidente do Fonacate, destacando que “a mobilização contra a PEC 32 continua”.

As entidades pontuam que os avanços só foram

possíveis pelo intenso diálogo do funcionalismo com os parlamentares, autoridades públicas e especialistas, sobretudo durante a tramitação na Comissão Especial.

Ainda na Comissão de Constituição, de Justiça e Cidadania (CCJC), foram retirados os superpoderes do presidente da República e suprimidos princípios descabidos que seriam levados ao texto constitucional.

Para o Fonacate “Arthur Maia, em seu substitutivo, manteve a estabilidade para todos os atuais servidores, suprimiu o vínculo de experiência e a possibilidade de indicações políticas para funções técnicas e estratégicas, manteve as escolas de governo e, como havia prometido, enfrentou o desafio de definir os cargos exclusivos de Estado, contemplando, em princípio, todas as carreiras representadas no Fonacate”.

O Fórum, porém, alerta que há ainda muitos pontos da PEC 32 que podem prejudicar os servidores, como a proibição da concessão de adicionais por tempo de serviço, licenças, adicionais e parcelas indenizatórias por substituição, assim como a restrição às progressões e

promoções funcionais.

De acordo com o Fonacate, não foi retirada do texto a previsão de que servidores poderão ser demitidos por decisão não transitada em julgado. “Viola a presunção de inocência e provoca insegurança jurídica, já que a decisão poderá ser revertida mais à frente”, explicou a assessora Susana Botar.

Além disso, tanto União quanto Estados e Municípios poderão legislar livremente sobre a terceirização de serviços públicos, até que sobrevenha lei federal com normas gerais, provocando caos jurídico.

“O relator disse que asseguraria aos contratados por tempo determinado a demissão apenas por insuficiência de desempenho, mas isso não consta no relatório”, complementou Botar.

A PEC 32 ainda autoriza três tipos de contratação: (a) direta e sem seleção, para calamidades públicas, emergências e paralisação de atividades essenciais; (b) por seleção simplificada, para servidores temporários, sem limite percentual, e por até 10 anos; (c) por concurso público, para servidores efetivos.

MP 1045, que previa uma nova reforma trabalhista foi rejeitada pelos Senadores

Por 47 votos a 27, o Senado brasileiro derrotou o governo Bolsonaro e arquivou, nessa quarta-feira dia 1º, a MP 1045, conhecida como a MP dos Jabutis. A medida previa uma nova reforma trabalhista com a criação de regimes de contratação sem a garantia de direitos previstos na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

A maioria da Câmara Federal, por meio dessa manobra — de acrescentar à MP original questões que não têm relação com seu conteúdo principal —, tentou incluir o fim de direitos como férias, décimo terceiro salário, FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), horas extras, acesso à Justiça Trabalhista, fiscalização ao trabalho análogo ao escravo, etc.

A MP 1045, originalmente, tratava da reedição da MP 936, que permitiu a redução de jornada com a redução do salário e uma compensação do Tesouro Nacional proporcional ao seguro desemprego. Com base na MP 936, foram celebrados mais de 10 milhões de acordos que salvaram empregos e falências em massa durante a pandemia.

Com exceção do líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), e do relator, Confúcio Moura (MDB-RO), os 30 senadores que discursaram durante o debate da proposta defenderam a rejeição do texto.

Os parlamentares contrários ao projeto afirmaram que a proposta precarizava as relações trabalhistas e é ruim para os jovens.

Moura buscou alternativas para viabilizar a votação da proposta e retirou do texto todas as normas incluídas pelos deputados que mudavam diversas regras da CLT. A articulação do relator não foi suficiente para convencer os parlamentares.

Entre os principais pontos da proposta estavam:

nova modalidade de trabalho, sem direito a férias, 13º salário e FGTS; outra modalidade de trabalho, sem carteira assinada (Requip) e sem direitos trabalhistas e previdenciários, na qual o trabalhador receberia uma bolsa e vale-transporte; incentivo ao primeiro emprego para jovens e de contratação de maiores de 55 anos desempregados. O trabalhador tem direito a um bônus no salário, mas seu FGTS é menor; redução no pagamento de horas extras para algumas categorias profissionais, como bancários, jornalistas e operadores de telemarketing; aumento no limite da jornada de trabalho de mineiros; restrição à Justiça gratuita, em geral, não apenas na esfera trabalhista; proibição a juízes anularem pontos de acordos extrajudiciais firmados entre empresas e empregados; maior dificuldade para a fiscalização trabalhista, inclusive para casos de trabalho análogo ao escravo.

Parte dessas medidas foram propostas pelo governo nos primeiros meses de 2020, na medida provisória do “Contrato de Trabalho Verde Amarelo”. Como ela não seria aprovada a tempo pelo Congresso e perderia validade, o governo revogou a MP em abril de 2020. Desde então, o governo trabalhava para recriar as medidas.

O senador Paulo Paim (PT-RS) comemorou a vitória contra o governo no plenário. “Cerca de 70% dos 14 milhões de desempregados no Brasil são jovens. Mas o Piorre e o Requip não criam novas oportunidades; na verdade, empurram os jovens trabalhadores para a precarização. Os jovens não podem ser tratados como cidadãos de segunda classe”.

As centrais sindicais comemoraram com entusiasmo nas redes sociais a grande vitória que impediu esse ataque covarde aos direitos dos trabalhadores.

Anamatra: “Rejeição à MP 1045 foi vitória para a Justiça, para o Direito do Trabalho e para os trabalhadores”

“A decisão de hoje (quarta-feira, 1º) é uma grande vitória para a Justiça, o Direito do Trabalho, os trabalhadores e trabalhadoras, sepultando, por definitivo, uma medida que insistia em rumo já comprovadamente ineficaz de associar redução de direitos trabalhistas com diminuição de desemprego e crescimento econômico”, comemorou o presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Luiz Colussi, sobre a rejeição pelo plenário do Senado da Medida Provisória 1045, conhecida como a MP dos jabutis, que pretendia alterar diversos dispositivos da CLT, com ataque aos direitos trabalhistas e sociais.

Desde que a MP que reeditava o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, após manobras do governo, sofreu profundas alterações na Câmara dos Deputados, que nada tinham a ver com sua proposta original, a Anamatra empreendeu uma grande mobilização para tentar barrar a medida.

A entidade, ao lado de diversos setores trabalhistas e jurídicos contrários à MP, fez várias reuniões com os parlamentares nas últimas semanas, tentando convencê-los da inconstitucionalidade da matéria e dos retrocessos aos direitos

dos trabalhadores que a MP, caso aprovada, representaria.

No dia da votação, a Anamatra entregou ao Senado uma nota técnica elaborada pela entidade, que comprova, ponto por ponto, as profundas alterações na CLT contidas na MP.

“São profundas as alterações pretendidas na CLT, com precarização do sistema de fiscalização, diminuição na autonomia do Ministério Público do Trabalho, extensão de jornadas laborais e redução do adicional de horas extras para profissões com jornada diferenciada, ampliação do pagamento de 4 prêmios em detrimento de sua natureza de salário. São temas sem qualquer relação com o pontual e temporariamente limitado enfrentamento das consequências trabalhistas da pandemia”, alertou a Anamatra na nota.

Entre os exemplos de que o programa de manutenção do emprego da forma como estava proposto em nada ajudou os trabalhadores, a entidade citou a Lei 13.467/2017, da reforma trabalhista, que, com quase quatro anos de vigência, ampliou o desemprego, a subocupação, o desalento e achatou a renda.

A MP, agora derrotada, “partia da premissa equivocada de que precarização de direitos é solução para o desemprego”, diz a entidade.

Justiça cobra Sérgio Camargo sobre denúncias de assédio moral na Fundação Palmares

O juiz Gustavo Carvalho Chehab, da 21ª Vara do Trabalho de Brasília determinou, na última quarta-feira (1º), que a Fundação Palmares e seu presidente, Sérgio Camargo, prestem informações sobre as denúncias de assédio moral apresentadas por trabalhadores da entidade.

Na denúncia protocolada no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT), o procurador Paulo dos Santos Neto fez uma série de pedidos liminares ao juiz. Esse tipo de pedido é apresentado quando há perigo de que a ilegalidade continue ocorrendo e, portanto, precise ser interrompida antes de uma decisão final no processo.

No caso, o Ministério Público do Trabalho (MPT) alega que Camargo precisaria ser afastado para que cesse o assédio moral praticado na Fundação Palmares.

“Considerando a gravidade das alegações do autor imputadas ao 2º réu e em detrimento de servidores e de trabalhadores que desempenham suas

atividades na 1ª ré, entendo prudente estabelecer, desde logo, o contraditório antes de apreciação da tutela de urgência requerida, sem prejuízo da notificação, desde logo para apresentação de contestação, caso queiram. Além disso, é oportuno que o autor esclareça este juízo acerca de algumas questões do procedimento e/ou da apuração”, escreveu o magistrado.

Além do afastamento, o MPT também requisitou que o juiz determinasse a obrigação à Fundação Palmares de não submeter, permitir ou tolerar a exposição de trabalhadores a atos de assédio moral, bem como a contratação de um profissional para realizar um diagnóstico do ambiente psicossocial da entidade para detectar qualquer possível forma de assédio moral ou psíquico contra servidores públicos ou terceirizados.

Por fim, o juiz ainda pode determinar a possibilidade de multa de R\$ 10 mil por qualquer descumprimento dessas obrigações.

Bolsonaro veta suspensão da prova de vida e aposentados voltam à fila do INSS na pandemia

Bolsonaro vetou a suspensão da prova de vida até 31 de dezembro deste ano para aposentados e pensionistas do INSS. A medida constava em projeto de lei que trata de alternativas para os beneficiários da Previdência Social durante a pandemia.

O texto foi sancionado pelo presidente, mas o principal dispositivo, a suspensão de prova de vida, foi vetado conforme publicação do Diário Oficial da União (DOU) desta sexta-feira (3).

O projeto foi aprovado pelo Congresso no dia 11 de agosto, considerando o atual cenário da crise sanitária, uma vez que a prova de vida submete a riscos a população mais atingida pelo vírus. A prova de vida estava suspensa desde março do ano passado, mas voltou a ser exigido em junho deste ano.



O projeto estendia o prazo até o final do ano.

“O mais acertado para o momento atual é promover a suspensão de tal procedimento, até 31 de dezembro de 2021, esperando que até lá os brasileiros já estejam imunizados pela vacinação”, disse o relator da proposta, senador Kajuru (Podemos-GO), à época da aprovação, alertando que a variante delta

do coronavírus apresenta “uma real ameaça”. Na data de hoje temos no país apenas 30,32% da população brasileira totalmente imunizada.

No veto, Bolsonaro justificou que o estado de emergência em saúde pública não é motivo para suspender a prova de vida, e que a medida levaria ao pagamento indevido de benefícios.



Fascista se fartou com propinas da Odebrecht Promotoria peruana apresenta conexões de Keiko Fujimori com o "crime organizado"

A Justiça do Peru retomou nesta terça-feira a definição das acusações contra a ex-candidata presidencial e líder opositora de direita Keiko Fujimori, que pode ser condenada a 30 anos e 10 meses de prisão pelo gigantesco escândalo de corrupção com a construtora brasileira Odebrecht.

O propinoduto com a empresa que se estendeu por diversos países latino-americanos e caribenhos envolveu outros quatro ex-presidentes, como Alan García (1985-1990 e 2006 e 2011), que se suicidou quando ia ser preso em abril de 2019.

Na audiência preliminar, o Ministério Público acusou a filha mais velha do ex-presidente Alberto Fujimori (1990-2000) – que já está preso – de “lavagem de dinheiro, crime organizado, obstrução à Justiça e declaração falsa em procedimento administrativo”.

A batalha retornou ao primeiro plano judicial quase três meses após o término do segundo turno em que Keiko, do partido Força Popular, foi derrotada pelo professor Pedro Castillo, do Peru Livre. Caso tivesse vencido, ela teria conseguido a tão esperada imunidade para fugir do processo e assim adiar por cinco anos mais a tão sonhada decisão dos tribunais.

Diante da montanha de provas, o promotor José Domingo Pérez pediu à Justiça em 11 de março que a criminosa deixe de se utilizar da influência política que ainda mantém – seu partido é a segunda força do país – para postergar a confrontação com os fatos.

A audiência de “controle da acusação” desta terça-feira foi uma etapa preliminar no julgamento penal e será conduzida pelo juiz Víctor Zuñiga.

Keiko Fujimori não necessitou se fazer presente na audiência, mas sua advogada declarou à AFP que os acusados não eram obrigados a assistir a esta fase intermediária do processo, a última antes do julgamento.

Esta etapa pode durar dias ou semanas, com o magistrado avaliando a acusação fiscal e decidindo se aceita tudo ou parte da acusatória. O juiz é o mesmo que a enviou à prisão preventiva em janeiro de 2020, de onde foi libertada três meses depois por conta da pandemia. No entanto, em junho passado, desconsiderou levá-la para a prisão por um novo pedido.

Desde maio de 2020, Keiko Fujimori encontra-se em liberdade condicional, o que a impede de sair de Lima ou viajar ao exterior sem permissão judicial e inclusive reunir-se ou falar com testemunhas do caso.

LISTA DE CRIMINOSOS

Junto com a líder opositora foram acusadas outras 39 pessoas, como seu marido, o americano Mark Vito Villanella, e ex-assistentes e integrantes da cúpula do seu partido, o Força Popular.

Alertando que o partido de Keiko se tratava de uma “organização criminosa”, o promotor José Domingo Pérez já havia solicitado no ano passado que proscrisse. Ainda com grande influência do fujimorismo, a Justiça peruana rejeitou a solicitação em 28 de dezembro de 2020, o que permitiu a criminosa disputar as eleições gerais de abril e conquistar 24 cadeiras no Congresso de um total de 130 – bem menos do que as 73 que controlava.

Agora o Congresso é liderado pelo partido governista de esquerda Peru Livre (37), que nesta semana conseguiu uma expressiva vitória sobre o narco-fujimorismo ao conquistar por 73 a 50, o voto de confiança ao gabinete do presidente Pedro Castillo, apresentado pelo premiê Guido Bellido.

Em sua ficha criminosa, Keiko esteve duas vezes em prisão preventiva (16 meses no total), acusada de receber aportes ilegais e lavá-los com a ajuda dos coacusados nas campanhas eleitorais de 2011 e 2016. Ex-diretores da Odebrecht confessaram a promotores peruanos que distribuíram ilegalmente milhões de dólares entre membros da classe política peruana.

A Odebrecht admitiu ter distribuído propina a autoridades de 12 países – além do Brasil, em troca de suas obras arranjadas. Entre outros projetos enlameados no roubo ao patrimônio público descobertos pela Lava Jato peruana estão dois contratos referentes à construção de uma estrada que une os vizinhos ao Brasil durante o mandato do presidente Alejandro Toledo, que governou o país entre 2001 e 2006. Outros dois contratos dizem respeito à construção do metrô de Lima, que foi executado durante o segundo governo de Alan García, entre 2006 e 2011. Estão ainda na mira da Justiça contratos para ampliar o corredor costeiro Costa Verde-Callao, e a construção de uma estrada de acesso rápido à Cuzco. Uma quinta obra é o projeto Chacas, na região andina de Ancash.

Marines despejam água poluída no esgoto de Okinawa. Japão protesta

Japoneses protestam contra despejo de efluente não biodegradável atirado da base de Okinawa no sistema de esgoto do Japão uma vez que as autoridades do país só foram avisadas com uma hora de antecedência.

O despejo no esgoto da cidade de Ginowan, em Okinawa, de 64 mil litros de água contaminada com uma substância tóxica e perigosa, o ácido perfluorooctanosulfônico (PFOS), realizada unilateralmente pelo comando da base de marines de Futenma em agosto, sem conhecimento das autoridades locais, está causando um escândalo no Japão.

Funcionários do Mi-

nistério da Defesa e do Ministério do Meio Ambiente visitaram Okinawa esta semana para discutir a questão com o governo da região e com a prefeitura de Ginowan.

O governo japonês apresentou pedido de desculpas formal ao prefeito da cidade afetada. O despejo, sem conhecimento ou consentimento das autoridades locais, ocorreu em 26 de agosto. Em Okinawa, estão instalados milhares de soldados dos EUA desde o final da II Guerra, e há um movimento pela retirada das bases que já dura duas décadas.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopoovo.com.br

“Vamos intensificar cooperação para produzir vacinas”, afirma Xi



Xi defende “multilateralismo por um futuro compartilhado para a humanidade”

Multidão toma as ruas centrais de Berlim em manifestação antifascista

Mais de 30.000 pessoas tomaram as ruas da capital alemã no sábado (4) em uma manifestação contra o nazifascismo e por uma sociedade justa e solidária.

O avanço de um Sistema de “justiça social” foi a conchamação que reuniu 340 organizações alemãs, incluindo as centrais sindicais do país.

Além dos sindicatos, organizados na Federação Alemã dos Sindicatos, organizações e movimentos sociais participaram da marcha que também teve a participação dos partidos Die Link (Esquerda), Verdes e Socialdemocratas.

Escolhida como porta-voz do movimento, Rebecca Rahe destacou que “30 mil estiveram nas ruas de Berlim para apresentar a vontade de construção de uma sociedade baseada na solidariedade, na justiça e contra o racismo”.

“Em meio à crise do nosso tempo, a da Covid-19, o que acontece no Afeganistão, a crise



Manifestantes exigem uma “sociedade justa e solidária”

climática, mostramos nossa unidade e deixamos claro que estamos de pé por mudanças reais”, acrescentou Rebecca.

A marcha, que se estendeu por diversos quilômetros e passou pelo Portal de Brandemburgo exigiu “uma democracia real que garanta a participação verdadeira para todos e na qual todos possam ajudar a formatar”, declarou uma das organizadoras, Anna Spangenberg.

Manifestantes também ergueram faixas exortan-

do a isolar o partido AfD (Alternativa para a Alemanha) – o partido do qual a parlamentar Beatrix Storch se reuniu há pouco com Bolsonaro. Uma delas afirmava: “Quem escolhe a AfD, escolhe o nazismo”.

Os sindicatos tomaram parte demandando condições de trabalho mais justas e melhores. Em meio ao protesto, grupos denunciaram as agressões de Bolsonaro à democracia e repudiaram o vínculo dele com ideias nazistas adotadas pelo partido AfD.

“Casa é para viver, não para especular”, é o princípio do sistema habitacional da China

A China construiu o maior sistema de garantia habitacional do mundo e continuará coibindo a especulação imobiliária, afirmou o ministro da Habitação e Desenvolvimento Urbano-Rural, Wang Menghui. A China permanece fiel ao princípio de que uma “casa é para se viver, não para especular”, acrescentou.

Segundo o ministro, a taxa de urbanização da China alcançou quase 64% em 2019, com a área residencial per capita urbana atingindo 39,8 metros quadrados e, na área rural, 48,9 metros quadrados.

A China “resolveu historicamente” o problema de segurança habitacional para as pessoas pobres nas áreas rurais, enfatizou Wang.

Desde a implantação em grande escala do projeto de habitação a preços acessíveis em 2008, o país construiu mais de 78 milhões de unidades de moradia, e mais de 22 milhões de pessoas receberam subsídios habitacionais, de acordo com o Ministério.

A partir de agora, com a reforma das cidades, a China tomará medidas para evitar a demolição em grande escala de prédios, a menos que esses prédios sejam ilegais ou designados como perigosos por agências de monitoramento, disse Huang Yan, vice-ministro de habitação e desenvolvimento urbano-rural.

O novo Sistema habi-



Investimento público em obra habitacional em Shenzhen tacional deve seguir se desenvolvendo tendo por base as definições do 14º Plano Quinquenal para o Desenvolvimento Econômico e Social Nacional.

PRINCÍPIOS

Entre os princípios básicos definidos no 14º Plano Quinquenal está, o “comprometimento com uma abordagem centrada no povo”. “Devemos”, diz o plano, “garantir o posição principal ao povo e trabalho na direção da prosperidade comum. Devemos insistir em que nosso desenvolvimento é para o povo e depende do povo e que seus frutos devem ser divididos pelo povo. Devemos salvaguardar os interesses fundamentais do povo, estimular seu entusiasmo, iniciativa e criatividade, promover

Ao participar do 6º Fórum Econômico para o Oriente, o presidente chinês destacou a “cooperação em pesquisa e desenvolvimento para produzir mais bens públicos para a comunidade internacional”

A cooperação para a pesquisa e desenvolvimento de vacinas foi o destaque do presidente chinês, Xi Jinping, em seu pronunciamento no 6º Fórum Econômico do Oriente.

O presidente destacou a e condenou a politização no rastreamento das origens da pandemia Covid-19 “Precisamos intensificar a cooperação na pesquisa, desenvolvimento e produção de vacinas, fornecer mais bens públicos para a comunidade internacional”, afirmou o presidente chinês, Xi Jinping, ao se pronunciar na cerimônia de abertura da sessão plenária do 6º Fórum Econômico do Oriente, nesta sexta-feira 3 de setembro.

O líder chinês também expressou oposição a qualquer tipo de politização no trabalho de rastreamento das origens da pandemia COVID-19, referindo-se a insistência norte-americana de burlar a ciência para forçar conclusões hostis à china no que tange à origem do vírus causador da pandemia.

VERDADE HISTÓRICA

Xi Jinping enfatizou, em sua participação por videoconferência, que no dia 3 era quando se comemorava o 76º aniversário da vitória da Guerra de Resistência do Povo Chinês contra a Agressão Japonesa e na Guerra Antifascista.

Ele frisou que a comunidade internacional deve defender com decisão os resultados vitoriosos da Segunda Guerra Mundial, salvaguardar a verdade histórica e insistir em aprender com a história para que se possa garantir a construção de um futuro melhor.

FUTURO

No discurso, enfatizou que o momento exige o fortalecimento da união da comunidade internacional. “Estamos prontos para trabalhar com todas as partes para defender o verdadeiro multilateralismo, defender a confiança e a harmonia, promover a cooperação e marchar com passos firmes em direção ao objetivo de construir uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade”, disse Xi.

O 6º Fórum Econômico do Oriente foi realizado de 2 a 4 deste mês na cidade de Vladivostok, na Rússia, para se debater o tema “Oportunidades para o Extremo Oriente em um Mundo em Transformações”.

Segue a íntegra do pronunciamento de Xi Jinping:

Sua Excelência, Presidente Vladimir Putin,

Senhoras e senhores, Amigos,

Desejo agradecer ao presidente Putin por seu amável convite. E um grande prazer dirigir-me ao Fórum Econômico do Leste novamente após três anos.

Hoje registramos o 76º aniversário da vitória da Guerra de Resistência do Povo Chinês contra a Agressão Japonesa e da Guerra Mundial Antifascista. Em 25 de agosto, conversei com o presidente Putin por telefone. Ambos concordamos que a comunidade internacional deve defender firme-

mente os resultados vitoriosos da Segunda Guerra Mundial, salvaguardar a verdade da história e permanecer comprometida em preservar a história como um espelho para abrir um futuro mais brilhante.

No início de junho, o presidente Putin e eu anunciamos a extensão do Tratado de Boa Vizinhança e Cooperação Amigável China-Rússia e chegamos a novos entendimentos comuns sobre questões importantes, como o fortalecimento da coordenação estratégica China-Rússia e o avanço da cooperação prática bilateral em todas as áreas. A parceria estratégica abrangente China-Rússia de coordenação para uma nova era apresenta um forte impulso e amplas perspectivas.

Neste momento, o cenário internacional está passando por profundas transformações. A pandemia COVID-19 continua crescendo com surtos frequentes, e a economia mundial enfrenta uma recuperação preocupante. Isso apresenta a cooperação regional no Nordeste da Ásia com desafios severos e oportunidades importantes. É justo que todas as partes se baseiem nas realidades regionais, ao mesmo tempo em que adotam uma perspectiva global, dando as mãos para enfrentar os tempos difíceis e planejar o desenvolvimento comum.

DESAFIO

—Precisamos oferecer ajuda mútua para superar o desafio da pandemia. Precisamos intensificar a cooperação na pesquisa, desenvolvimento e produção de vacinas, fornecer mais bens públicos à comunidade internacional, rejeitar firmemente qualquer politização do rastreamento das origens das vacinas COVID, e nos esforçar para construir uma comunidade global de saúde para todos.

—Precisamos redobrar nossos esforços para promover uma cooperação mutuamente benéfica. Precisamos aprofundar a colaboração entre a Nova Rota da Seda e a União Econômica da Eurásia, apoiar o desenvolvimento inovador da economia digital, combater conjuntamente as mudanças climáticas globais e promover o desenvolvimento social e econômico na região.

DIÁLOGO

—Precisamos formar sinergias para salvaguardar a paz e a estabilidade regionais. Precisamos reduzir as diferenças e construir consenso por meio do diálogo e das trocas, abraçar o conceito de segurança comum, abrangente, cooperativa e sustentável e trabalhar por uma pátria harmoniosa e tranquila para todos nós.

Este ano marca o 100º aniversário da fundação do Partido Comunista da China, e nosso país iniciou uma nova jornada rumo à construção plena de um país socialista moderno. Estamos prontos para trabalhar com todas as partes para defender o verdadeiro multilateralismo, defender a confiança e a harmonia, promover a cooperação e marchar com passos firmes em direção ao objetivo de construir uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade.

Afegãos festejam retirada das tropas norte-americanas e fim da ocupação



Afegãos celebram saída de tropas com 'enterro' dos EUA, Inglaterra, França e Otan

'Louquito de Cuernos' pode ser condenado a 20 anos de cadeia por invasão do Capitólio

Jacob Chansley, conhecido como o "Xamá do QAnon", que estourou nas redes sociais como o "Louquito de Cuernos" da invasão do Capitólio dos Estados Unidos em 6 de janeiro, confessou ser culpado na sexta-feira (3) pelo crime de obstruir os procedimentos do Colégio Eleitoral.

A confissão de culpa foi feita como parte de um acordo com os promotores e foi aceita pelo juiz distrital Royce Lamberth durante audiência virtual no Tribunal Distrital de Washington. A sentença foi marcada para 17 de novembro.

Chansley é a figura mais notória do movimento QAnon, seita que assevera que existe um complô de democratas com reptilíneos pedófilos para subverter os EUA, e que o salvador da pátria seria Donald Trump. Em janeiro, ele invadiu o plenário do Senado dos EUA, enquanto o então vice-presidente Mike Pence, que pela democracia americana era quem presidia o Senado, teve de ser retirado às pressas e escondido, enquanto a turba gritava "enforcem Pence" e "Naaaaaancy, cadê você, apareça para brincar" (referindo-se a Nancy Pelosi, a democrata que preside a Câmara dos Deputados).

A turba que atendeu à convocação de Trump e invadiu o Capitólio pretendia criar o cenário para que um grupo de deputados e senadores mais fiéis ao então presidente virasse a mesa, impedindo a certificação no Colégio Eleitoral da vitória de Joe Biden. A invasão fora tornada possível graças ao esvaziamento do esquema policial de proteção do Congresso dos EUA e recusa, por horas, do Pentágono



Jacob Chansley, com seus exóticos "cuernos", fez parte da turba de trumpistas que invadiu o Congresso dos EUA

em autorizar o envio da Guarda Nacional para restaurar a ordem. Chansley foi originalmente acusado em seis crimes federais. Ele se declarou culpado de uma das acusações mais graves, punível com até 20 anos mas, como parte do acordo judicial, que pode levar a uma prisão por tempo menor.

Também como parte do acordo de confissão, Chansley concordou em pagar US\$ 2 mil em restituição pelos danos ao Capitólio e poderá vir a pagar uma multa de até US\$ 250 mil.

Durante a audiência de confissão, o advogado de Chansley, voltou a pedir que o 'Xamá' fosse libertado antes da sentença. Ele está preso há oito meses.

O Departamento de Justiça se opôs a esse pedido e o juiz Lamberth disse que emitirá uma decisão em breve. Anteriormente, o juiz do caso já

reiterou que Chansley é muito perigoso para ser libertado — tornando-o parte de um pequeno grupo de manifestantes que não são acusados de atacar ninguém naquele dia, mas foram detidos antes do julgamento por causa do potencial para futuras violências.

Um exibicionista fanático, Chansley fez greve de fome em fevereiro como parte de uma tentativa bem-sucedida de colocar alimentos orgânicos na prisão. Em março, concedeu uma entrevista, o que mais tarde foi repreendido pelo juiz de seu caso.

Agora, seu advogado assevera que o Xamá está "tentando se afastar e se distanciar do vórtice Q". O defensor Al Watkins alegou que a prisão estaria afetando "a vulnerabilidade à saúde mental" de Chansley, que foi submetido no início do ano a uma avaliação psicológica ordenada pelo tribunal.

Regime de Ortega instaura processo contra Cristiana Chamorro, candidata à presidência da Nicarágua

A pouco mais de 60 dias das eleições presidenciais de 7 de novembro, as autoridades judiciais da Nicarágua decidiram processar a jornalista Cristiana Chamorro, candidata à oposição, que já se encontrava em prisão domiciliar.

Na política de cerco à família Chamorro, também são alvo seu irmão Pedro Joaquín e três ex-funcionários de uma Organização não governamental (ONG) por suposta lavagem de dinheiro e outros crimes, informou o Ministério Público na quinta-feira (2). Cristiana nega as acusações e diz que a ONG, que fechou em fevereiro, é um centro de formação de jornalistas e defesa da liberdade de imprensa.

O comunicado do Ministério Público assinala que "o processo penal foi denunciado e está em andamento" contra a Fundação Violeta Barrios de Chamorro (FVBCH) e, além dos irmãos Chamorro, serão processados três ex-funcionários administrativos daquela entidade: Marcos Fletes, Walter Gómez e Pedro Vásquez, que já se encontram detidos.

Com reconhecidos vínculos com o governo do presidente Daniel Ortega, as autoridades judiciais informaram que cinco outros réus no mesmo caso, entre eles o jornalista Carlos Fernando Chamorro, irmão dos anteriores e exilado na Costa Rica, "estão foragidos da justiça e com ordem de prisão judicial, enquanto aguardam a realização de suas audiências".

O relatório oficial ainda não revelou onde foi realizada a audiência judicial, mas o não governamental Centro de Direitos Humanos da Nicarágua (Cenidh) garantiu que ela ocorreu no temido presidio conhecido como El Chipote, na zona sudeste de Manágua. No local, aguardam 35 outros opositores detidos desde 27 de maio passado.

Quadro de presos políticos denuncia caos em que Ortega mergulhou a Nicarágua (La Prensa)

O Cenidh denunciou que familiares foram impedidos de entrar no presidio e que o advogado de defesa designado a um dos acusados foi mantido incomunicável durante toda a audiência.

Cristiana Chamorro, de 66 anos, está em prisão domiciliar desde 2 de junho, após anunciar que desejava disputar as eleições contra o presidente Daniel Ortega, de 75 anos. O presidente esteve no governo entre 1979 e 1990, primeiro à frente de um Conselho e depois como presidente. Em 1990 foi derrotado pela ex-presidente Violeta Barrios de Chamorro e voltou ao poder em 2007, onde permanece até hoje. Ortega busca a terceira reeleição pelo quarto mandato consecutivo.

Seis dos 35 opositores detidos nos últimos

100 dias não foram sequer acusados pela Promotoria e no caso de Alex Hernández sequer se explicaram as razões de sua detenção, conforme denunciaram os familiares. O Ministério Público começou as acusações de 24 de agosto e até quarta-feira (1) haviam sido acusados 29 desses presos.

Outros oponentes que aspiram à presidência foram detidos até aquela data e continuam encarcerados. Entre os presos mais recentes estão líderes políticos, camponeses e estudantes, investigados por "traição" e "conspiração em detrimento do povo e do Estado".

FAMILIARES

Os familiares dos presos políticos denunciaram que os detidos nas celas da Direção de Auxílio Judicial, conhecidas como o "novo Chipote" têm sido vítimas de interrogatórios frequentes, tortura psicológica e vários deles baixaram de peso. A Nicarágua está mergulhada numa crise iniciada com os protestos sociais de 2018, quando a violenta ação de policiais e paramilitares deixou 328 mortos, mais de mil feridos, 1.600 detidos e fez com que mais de 100 mil pessoas migrassem ou se exilassem, conforme a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

Quando os últimos cinco aviões norte-americanos desaparecerem no céu escuro, por todo o Afeganistão eclodiram tiros de celebração para o alto, que se estenderam madrugada adentro

Os afegãos comemoraram na quarta-feira (1) o fim da ocupação norte-americana com tiros para o ar, enterro simbólico dos invasores e até uma improvisada parada com equipamento militar largado na fuga, para, nas palavras da Associated Press, "celebrar a vitória após uma insurgência de 20 anos que tirou os militares mais poderosos do mundo de um dos países mais pobres".

"Os soldados americanos deixaram o aeroporto de Cabul e nosso país obteve sua independência total", disse o porta-voz do Talibã, Zabihullah Mujahid, na cerimônia realizada ali, após a decolagem do último voo de evacuação norte-americano, levando o chefe da 82ª Divisão Aerotransportada, faltando dez minutos para a meia noite.

"Quero felicitar a todos e a nossa nação por esta independência. Esperamos que o Afeganistão nunca volte a ser ocupado e siga sendo independente, próspero e o lar de todos os afegãos sob um sistema islâmico", acrescentou o porta-voz.

Ao desaparecerem no céu escuro os cinco últimos aviões

ianques, por todo o Afeganistão eclodiram tiros de celebração para o alto, que se estenderam madrugada adentro.

Quando a invasão aconteceu em 2001, não existiam ainda as redes sociais, mas a derrota dos EUA no Afeganistão foi agora devidamente registrada no Twitter. "Todos os militares dos EUA estão agora fora do Afeganistão", amouou-se o comandante do Comando Central dos EUA, General Kenneth McKenzie, que coordenava a fuga.

"O último ocupante americano retirou-se... à meia noite e nosso país ganhou sua total independência, louvor e gratidão a Deus", postou o porta-voz afegão Mujahid.

O enterro simbólico da ocupação aconteceu na quarta-feira (1), em Khost, capital da província do mesmo nome, no leste do Afeganistão, a 230 km de Cabul. Uma multidão desfilou carregando quatro caixões cobertos com as bandeiras dos EUA, da Otan, da Inglaterra e da França. Manifestantes ergueram bandeiras ou armas, em júbilo, ou gravaram a cena com celulares.

"31 de agosto é o nosso dia oficial da Liberdade. Neste dia, as forças de ocupação americanas e as forças da Otan fugiram do país", disse o oficial do Talibã Qari Saeed Khosti a uma estação de televisão local, segundo a agência Reuters.

A 'parada' aconteceu em Kandahar, no sul do Afeganistão, com o Talibã, na descrição da CNN, exibindo "dezenas de veículos blindados de fabricação americana junto com armas apreendidas recentemente".

Ainda segundo a emissora norte-americana, "os combatentes agitam bandeiras brancas do Talibã em Humvees e SUVs blindados no desfile militar, com muitos dos veículos em condições quase perfeitas". Não faltou sequer uma exibição aérea, com um helicóptero Black Hawk ostentando uma bandeira do Talibã, sob aclamação dos afegãos ao longo da estrada.

ONU: APOIAR OS AFEGÃOS

Os 20 anos de ocupação norte-americana no Afeganistão só resultaram "em perdas e tragédias", afirmou o presidente russo Vladimir Putin, cujo governo tem alertado para a urgência da comunidade internacional em apoiar o Afeganistão na reconstrução e na estabilização, assim como no combate ao terrorismo e ao narcotráfico.

"O Afeganistão está virando uma nova página na sua história", afirmou Wang Wenbin, porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China. "O Afeganistão conseguiu libertar-se da ocupação militar estrangeira. O povo afegão congratula-se com este novo ponto de partida para a paz e a reconstrução nacional".

"Esperamos que o Afeganistão forme um governo aberto, inclusivo e de base

ampla" e "combata firmemente todas as forças terroristas", acrescentou.

Rússia e China também têm advertido que esse apoio ao Afeganistão é imprescindível para evitar uma nova onda de refugiados batendo às portas dos países vizinhos e da Europa.

Na reunião do Conselho de Segurança da ONU que debateu o Afeganistão, na segunda-feira, Moscou e Pequim se abstiveram, por considerarem que a resolução votada não atende à urgência das tarefas de reconstrução.

Em especial, foi omitida qualquer referência às sanções já ameaçadas e ao congelamento, imposto por Washington, das reservas afegãs e de empréstimos do FMI e do Banco Mundial a que Cabul teria direito. Cuja consequência é a brutal desvalorização da moeda afegã e descontrolado da inflação, ao mesmo tempo em que todas as torneiras para ingresso de divisas e de ajuda no país estão sendo cortadas, sendo que 40% do PIB provém da assim chamada 'ajuda internacional'.

O próprio secretário-geral da ONU, Antonio Guterres, exortou todas as nações a ajudarem o povo do Afeganistão "em sua hora mais negra de necessidade". Ele resumiu a iminente "catástrofe humanitária": 18 milhões de afegãos precisam de ajuda para sobreviver, um em cada três não sabe de onde virá sua próxima refeição, mais da metade de todas as crianças com menos de 5 anos de idade devem ficar "agudamente desnutridos" no próximo ano, e a cada dia as pessoas perdem o acesso a bens e serviços básicos.

SE FICAR O BICHO PEGA

O Talibã vem se dizendo disposto a formar um governo "inclusivo" e a respeitar os direitos das mulheres "sob os valores islâmicos". A Al Jazeera publicou uma série de relatos obtidos por seus correspondentes no Afeganistão, representativos de como as pessoas comuns estão reagindo ao novo regime em instauração.

A principal preocupação é com a situação da economia, que já era dramática, e está se agravando. "Muitos cabulis passaram a terça-feira da mesma maneira que passaram a semana anterior, esperando horas na fila do lado de fora dos bancos, desesperados para sacar dinheiro de caixas eletrônicas, muitos dos quais continuam desligados", registrou a agência de notícias árabe.

A Al Jazeera, Omid, de 26 anos, disse que a grande preocupação dos afegãos no momento é "em poder colocar comida na mesa nos próximos dias".

Ele apontou para uma fila que se estendia por centenas de metros fora da agência do Banco Azizi, perto do Palácio Presidencial. "Eles estão todos aqui para comprar farinha e alimentar suas famílias, mas a cada 100 pessoas que conseguem chegar, outras 2.000 irão para casa de mãos vazias".

A falta de dinheiro nas instituições financeiras do Afeganistão — explica a Al Jazeera — é resultado de decisões de organismos internacionais, que "cortaram abruptamente os laços com o Afeganistão".

Mansour, um cambista que trabalha em uma esquina perto de três bancos e de lojas de roupas e eletrônicos, após dizer que apóia o 'Emirado Islâmico', como o Talibã denomina sua administração, acrescentou que "os governos anteriores estavam cheios de ladrões corruptos, mas agora não temos liberdade".

"(Os americanos) vieram com todas essas promessas, mas estão deixando o Afeganistão exatamente como quando chegaram, sob o controle do Talibã", diz ele. "Além desses novos prédios e arranha-céus, é a mesma cidade de quando os infelizes chegaram." Ele manifestou temor de ser repreendido por parecer demasiado ocidentalizado.

Leia íntegra da matéria em www.horadopovo.com.br



Theodorakis deixa em sua obra partituras para os filmes Zorba, o grego; e Estado de Sítio e Z, do diretor Costa-Gravas (TRT)

Mikis Theodorakis, uma vida exemplar dedicada à música e luta pela liberdade

O inesquecível compositor Mikis Theodorakis faleceu em Atenas nesta quinta-feira (2) aos 96 anos. Em sua vasta obra, o mais célebre dos autores gregos, cuja digital ficou marcada para sempre na partitura do filme "Zorba, o grego", contribuiu para estimular uma visão diferenciada de seu país, dedicou a vida à liberdade e a fomentar uma relação mais solidária entre os seres humanos.

Assim que informado da notícia o parlamento grego fez um minuto de silêncio em homenagem ao veterano combatente comunista, cujas lutas políticas incluíram a prisão e a tortura.

"Hoje perdemos uma parte da alma da Grécia. Mikis Theodorakis, Mikis o professor, o intelectual, o radical, com foi nosso Mikis", disse a ministra da Cultura, Lina Mendoni.

Suas marcantes composições incluem uma série de canções de denúncia e resistência, como Estado de Sítio e Z, de Costa-Gravas. Outras se transformaram em verdadeiros hinos de combate anti-fascista que, pela intensidade e popularidade, foram frequentemente proibidas.

"Sua obra foi uma confrontação constante com a injustiça e o derrotismo, de nova luta e resistência", declarou o Partido Comunista Grego.

Acusado pela simpatia com a guerrilha no enfrentamento com a monarquia fascista e as forças populares após a Segunda Guerra Mundial, foi deportado à ilha prisão de Makronisos em julho de 1947 para ser torturado.

Durante a junta militar que tomou de assalto a Grécia de 1967 a 1974 foi novamente preso e submetido a torturas. Posteriormente, foi deputado em duas ocasiões.

Em relação à crise financeira que atingiu a Grécia a partir de 2010, o intelectual comunista se manifestou de forma veemente contra as medidas de "austeridade" — impostas pelo Banco Central Europeu, União Europeia e Fundo Monetário Internacional — que levaram à fome e ao desemprego milhões de pessoas.

Em Cuba, recebeu a Distinção pela Cultura Nacional, "por sua contribuição à cultura universal e à luta pela paz e a justiça social, ao mesmo tempo em que manifestou sua constante relação de amizade e solidariedade com a Revolução cubana". Amigo de Fidel Castro, foi fundador e presidente da Associação Heleno-Cubana de Amizade e Solidariedade do Comitê Grego Pró-libertação dos cinco presos cubanos nos Estados Unidos — os que atuaram na contra-espionagem e que haviam conseguido desbaratar vários atentados criminosos.

China e Israel começam parceria estratégica com operação no porto de Haifa

Novo terminal que amplia as atividades do porto israelense de Haifa e que foi colocado em operação no dia 5 de agosto, é resultado de instalação e é operado por uma empresa chinesa, a Shanghai International Port Group.

A ampliação no porto mais movimentado em termos de carga do país, permitirá a atracação de navios de porte gigante a exemplo de embarcações de 400 metros de comprimento com capacidade de transporte de até 18.000 containers.

O contrato foi conquistado pela empresa chinesa em 2015 e, motivou uma ida do então secretário de Estado do governo de Trump, Mike Pompeo, a Israel para admoestar Netanyahu de que a entrega do maior porto israelense à administração chinesa feririam os interesses e a segurança dos Estados Unidos.

O que se vê, com esta inauguração, é que a advertência não adiantou muito e agora, com o novo governo, já sem Netanyahu, o porto fica operacional.

No início deste ano, o governo de Israel recusou o pedido de Washington de "inspeccionar o porto". O Pentágono fez novas críticas a Israel pela participação da China no projeto de US\$ 1,7 bilhão (R\$ 8,8 bilhões). É o que diz relatório da Lei de Autorização de

Defesa Nacional para o Ano Fiscal de 2020 dos EUA. Segundo o informe, a presença chinesa prejudicaria os "interesses norte-americanos na futura presença avançada de navios da Marinha dos Estados Unidos no porto de Haifa".

Washington então exortou "o governo de Israel a considerar as implicações de segurança do investimento estrangeiro chinês".

Segundo Seshadri Vasan, ex-oficial da Marinha indiana e diretor do Centro de Estudos da China de Chennai (C3S, na sigla em inglês), ouvido pela Sputnik, o projeto não só criou tensões na relação entre norte-americanos e judeus, mas também demonstrou que o governo de Israel pode estar começando a formar uma nova política externa.

"Para Israel, este projeto não só criará ressentimento com os EUA, mas também levantará questões sobre a forma mais ampla que sua política externa está tomando. Alguns relatos na mídia israelense indicam que os termos exatos do acordo não foram claros até agora. Embora Israel queira que Washington acredite que este é um contrato comercial, a realidade é que as dimensões são estratégicas e militares também", disse.

Leia mais no site do HP

Sauer alerta para ‘tragédia elétrica’

“A atual crise energética é resultado do desmonte do sistema elétrico brasileiro e da falta de planejamento que se seguiram nas últimas duas décadas e meia e que se mantém até hoje”, observou o professor da USP

O professor Ildo Sauer, pesquisador do Instituto de Energia da USP e ex-diretor da Petrobrás, afirmou, em palestra realizada em seminário sobre a crise energética, no dia 2 de setembro, realizado pelo Instituto de Engenharia de São Paulo, que “a crise energética atual não tem nada a ver com falta de recursos energéticos”. “Ela é resultado da mudança do modelo, do desmonte do sistema elétrico brasileiro e da falta de planejamento que se seguiram nas últimas duas décadas e meia e que se mantém até hoje”, observou.

SISTEMA FOI DESMONTADO

“Ela tem a ver com as escolhas, e as escolhas erradas têm a ver com o modelo institucional, o modelo de contratação da expansão da oferta e o modelo de operação do sistema elétrico interligado brasileiro”, acrescentou Ildo Sauer. “De 1880, quando nós começamos a ter acesso à energia elétrica no Brasil, até 1930, tivemos iniciativas incipientes”, prosseguiu o engenheiro. “De 30 até os anos 90”, acrescentou, “seguimos basicamente por uma filosofia de regulação do sistema pelo custo dos serviços”, acrescentou.

Segundo Sauer, “a crise dos anos 50 ressaltou mais ainda a ideia de que a energia elétrica passou a ser um recurso essencial, ao lado do petróleo, da indústria do aço e do financiamento das comunicações, para o desenvolvimento nacional. Houve grande resistência à criação da Eletrobrás, que só veio a se concretizar em 1962, já no governo João Goulart. A partir daí o modelo funcionou baseado na ideia do custo do serviço. Significava que os recursos eram desenvolvidos, por empresa privadas ou estatais, mas o preço estava vinculado ao custo da produção”.

“A grande mudança ocorreu nos anos 90, quando tivemos a mudança do modelo de formação dos preços”, assinalou Ildo Sauer. “Passamos a fazer a alocação de riscos e custos com a criação do mercado atacadista de energia, que, através do preço SPOT (uma cotação de algum ativo, utilizada no mercado financeiro a curto prazo), sinalizaria o incentivo para o investimento”, prosseguiu o professor.

“Como no Brasil o maior recurso que nós temos é o hidráulico, e agora o eólico, que são marcadamente influenciados pelo comportamento aleatório da hidrologia e da ‘eologia’, a formação de preço, que, num sistema capitalista, está vinculado ao custo do capital, da tecnologia e da capacidade de gestão, passou a ser marcado por um fenômeno aleatório, uma espécie de cassino.

“Aí, neste sistema, está a origem da falta de expansão que levou ao racionamento em 2001 e 2002”, afirmou o engenheiro.

MODELO INFLUENCIOU ALTA DOS PREÇOS

Ele lembrou que “a mudança que estava prometida para acontecer a partir de 2003 não aconteceu, e estamos na mesma toada. A estrutura institucional do sistema brasileiro é que está na origem da crise”, enfatizou.



“A mudança era para um modelo de expansão planejada. Os vendedores de energia em leilões com prazos de quinze a vinte anos, operariam suas usinas pelo custo do capital. O risco hidrológico, e depois o risco eólico, seriam custeados coletivamente, numa forma de seguro”, explicou.

“O modelo que prevaleceu a partir dos anos 90 influenciou a elevação dos preços. Depois houve uma mudança institucional proposta, que não foi seguida, e continuamos com o sistema crítico. Aí se repetiu a crise em 2013 e 2014 e, agora, ela está do volta em 2021”, disse Ildo.

“Ainda temos um potencial hidráulico da ordem de 250 mil MW. No setor eólico, nós não temos políticas públicas para o setor. Não há planejamento. Mas, mesmo assim, nós temos um potencial que supera os 600 mil MW, no mínimo 750 mil MW, ou seja, três vezes mais do que o potencial hidráulico, sem considerar o potencial offshore” das eólicas, apontou o especialista. “Além disso, temos os recursos da biomassa, resíduos urbanos e o potencial da solar fotovoltaica, que tem uma distribuição ampla, quase uniforme, para ser apropriada e distribuída no Brasil”, acrescentou.

BRASIL POSSUI RECURSOS ABUNDANTES

“Só para se ter uma ideia. Parte do território da cidade de São Paulo, se colocássemos painéis fotovoltaicos sobre a cidade, produziríamos mais energia do que é produzida hoje em todo o Brasil, cerca de 600 TW/h [terawatt]. Isso dá uma dimensão da capacidade dos recursos brasileiros. Portanto, não falta recurso natural de qualidade, eólica, fotovoltaica, biomassa, resíduos urbanos na geração de combustíveis”, assinalou o professor.

“E qual é a necessidade de energia no Brasil?”, indagou. “O IBGE prevê que a população brasileira deve estabilizar em 230 milhões de habitantes em 2045. O padrão de consumo de energia do brasileiro hoje é da ordem de 2,5 MWh/ano. Na Europa, bastante desenvolvida, esse consumo é o dobro ou um pouquinho mais. Portanto se quisermos, daqui a vinte anos, atingir o padrão de consumo da Europa, precisaríamos de 1.100 a 1.200 TWh de energia. Só a capacidade hídrica, se fosse desenvolvida, produziria isso, ou seja, 1.100 TWh. A eólica atual, subestimada, permite produzir no mínimo 1.100 TWh a 2.300 TWh e a fotovoltaica, eu não vou dizer que é infinita, mas é imensa, além da biomassa e cogeração”, avaliou Ildo Sauer.

DA TRAGÉDIA SANITÁRIA PARA A TRAGÉDIA ELÉTRICA

“Se não mudarmos o modelo de contratação da expansão da oferta de energia elétrica e da operação do sistema, que foi implantado



Professor Ildo Sauer, do Instituto de Energia da USP e ex-diretor da Petrobrás. Foto: Reprodução Conape



“As opções erradas, tomadas em relação ao sistema elétrico, que se mantém até hoje, e se agravaram neste governo, são a causa da crise energética e não os problemas da natureza, como alega o governo”
Foto: Usina hidrelétrica de Itaipu (divulgação)

na década de 90 e mantido até hoje, vamos sair da crise da pandemia e vamos entrar numa tragédia elétrica”, afirmou o professor. Para ele, “os problemas começaram com a reforma do sistema integrado, criado na década de 50, para um sistema que priorizou os interesses de grupos de pressão em detrimento dos interesses públicos”.

Na avaliação do especialista, “as opções erradas, tomadas em relação ao sistema elétrico, que se mantém até hoje, e se agravaram neste governo, são a causa da crise energética e não os problemas da natureza, como alega o governo”.

“O Brasil possui enormes recursos energéticos e capacidade tecnológica para garantir o abastecimento energético da população brasileira, para planejar adequadamente o sistema e evitar as crises como as que aconteceram em 2001, em 2013 e 2014 e agora em 2021”, observou.

O professor Ildo explica que nos leilões de energia, as ofertas das termoeletricas não levam em conta o valor dos combustíveis usados para o seu funcionamento. Esses custos extras são cobrados depois. “Por isso elas ganham os leilões”, explica. “Além disso, afirmou ele, “programa-se o seu uso por períodos curtos, que seriam mais baratos, mas não é o que ocorre na realidade. Na comparação com os preços das eólicas, ganham as termoeletricas. Só que,

depois, os custos não previstos de combustíveis e o uso prolongado jogam os preços da energia das termoeletricas para as alturas e quem paga é o consumidor”.

R\$ 150 BILHÕES FORAM TORRADOS NAS TERMOELÉTRICAS

“Durante todos esses anos, desde pelo menos 2012”, diz o professor Ildo Sauer, “foram gastos mais de R\$ 150 bilhões em contratação de termoeletricas, tendo-se repassado os seus altos preços para os consumidores”.

“Agora que a crise hídrica está de volta”, acrescenta o professor, “o governo Bolsonaro continua sem planejar nada para o setor e, na iminência de um novo apagão, vai exigir da população cortes no uso de energia e ainda vai gastar mais uns R\$ 30 bilhões com a queima de combustíveis das termoeletricas. De novo, quem vai pagar a conta são os brasileiros”, denunciou. “Com esses recursos podíamos ter construído usinas eólicas capazes de produzir o dobro da

energia que é produzida hoje no país”, afirmou.

“São as decisões erradas e não a natureza que estão provocando a crise do setor elétrico e a necessidade de racionamento. A crise não tem nada a ver com a falta de recursos energéticos. O país tem recursos energéticos de sobra”, diz o professor Ildo Sauer.

“É necessário uma solução institucional, uma mudança no modelo energético do país. Gastou-se esses R\$ 150 bilhões entre 2012 até 2020 e não se resolveu o problema. Com esses recursos podíamos construir usinas eólicas que estariam em funcionamento a um custo muito menor”, afirmou o professor do IEE-USP.

Ele terminou sua explanação reafirmando o otimismo com a capacidade do Brasil de superar esses problemas. “Com os recursos energéticos que temos e com a capacidade tecnológica dos brasileiros, eu tenho certeza que saberemos superar as nossas dificuldades”, completou o professor Ildo Sauer.

SÉRGIO CRUZ